



SOLIDARIEDADE

CONSELHO GERAL

Apoio extraordinário ainda este mês de julho



AMÉRICO MENDES, COORDENADOR DO ESTUDO
«IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS»

Sector Social Solidário contribui para a coesão social, coesão territorial e saúde coletiva



VIANA DO CASTELO
UDIPSS lamenta atraso na
correção das participações
às respostas atípicas



CAMINHA
Instituição de Seixas
ambiciona construir um
Parque Residencial Sénior



VIANA DO CASTELO
Só uma ampliação da ERPI
dará sustentabilidade
ao Posto de Alvarães





Aprovado por
dermatologistas



A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores



NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



Imigração e desenvolvimento

As migrações não são um fenómeno novo na história global, assim como na do nosso país, desde os seus primórdios. Nem sequer se trata de uma realidade casual. A nível internacional, ao longo dos tempos, ele tem-se verificado até, conforme as suas etapas, um fator balizador da economia internacional. Foi notório no século XIX, como é, hoje, em muitos países de vários continentes, que se progrediu consideravelmente em vários domínios de interdependência, através dos fluxos transnacionais de determinadas mercadorias, de Capitais, de Ideias e de Pessoas.

A mudança de milénio veio acompanhada por uma intensa revitalização das correntes migratórias internacionais ao ponto de converter este fenómeno, segundo algumas correntes políticas, num risco para as gerações vigentes. Por outro lado, constata-se uma monstruosa insensibilidade perante os perigos que correm os imigrantes para terem acesso a países que os possam livrar da morte e da fome. É verdade que a Europa, sobretudo a Itália e a Grécia, têm sido as mais procuradas por estas pessoas que procuram a liberdade para o corpo e espírito. Mas, também, não podemos escamotear que os líderes políticos europeus nunca conseguiram chegar a um acordo para uma justa distribuição equitativa destes imigrantes, e muitos deles até refugiados, por cada país. O que tem vindo a acontecer é que, encavalitados no medo provocado pelo desconhecimento das culturas étnicas que se misturam com os autóctones, determinadas forças políticas têm desenvolvido, demagogicamente, retóricas que “tranquilizam” o povo, mas não lhe dizem que estamos perante uma realidade inultrapassável, enquanto a paz não for uma garantia e o desenvolvimento socioeconómico mais justo. A propósito de determinadas argumentações políticas-partidárias, a este propósito, o Papa Francisco é claro ao afirmar: «Ainda por cima, «nalguns países de chegada, os fenómenos migratórios suscitam alarme e temores, frequentemente fomentados e explorados para fins políticos. Assim se difunde uma mentalidade xenófoba, de clausura e retraimento em si mesmos». Os migrantes não são considerados suficientemente dignos de participar na vida social como os outros, esquecendo-se que têm a mesma dignidade intrínseca de toda e qualquer pessoa. Consequentemente, têm de ser

eles os «protagonistas da sua própria promoção». Nunca se dirá que não sejam humanos, mas na prática, com as decisões e a maneira de os tratar, manifesta-se que são considerados menos valiosos, menos importantes, menos humanos. É inaceitável que os cristãos partilhem esta mentalidade e estas atitudes, fazendo às vezes prevalecer determinadas preferências políticas em vez das profundas convicções da sua própria fé: a dignidade inalienável de toda a pessoa humana, independentemente da sua origem, cor ou religião, e a lei suprema do amor fraterno.»¹

Segundo as estatísticas, regularmente, divulgadas pelos Organismos mais dedicados aos fluxos e integração de imigrantes no nosso país, podemos concluir que, apesar de alguns casos não previsíveis e normais, a maioria dos milhares de imigrantes radicados em Portugal tem trazido muitos benefícios para o nosso país. O mais importante é, sem dúvida, a afluência da mão-de-obra necessária em muitas áreas onde é difícil encontrar, gente nossa, disponível para o trabalho, quando temos uma taxa de desemprego que vai oscilando entre os 6 e 7 %. A justificação está nos baixos salários que são pagos aos imigrantes, mas que, comparativamente, ao salário médio dos seus países se revelam muito favoráveis. Muitos destes postos de trabalho incluem-se num importante setor de economia subterrânea que funciona à margem das leis laborais.

Para além das condições de alojamento e de trabalho, que, em algumas situações, nada se diferenciam da escravatura, os empregadores sem escrúpulos não pagam impostos, nem contribuições para a Segurança Social. Todavia, não podemos olvidar que está a ser muito significativa a percentagem de contribuições para a Segurança Social proveniente dos imigrantes que conseguem – são um número muito significativo – trabalhar com contrato e cumprindo todas as normas laborais estabelecidas. Quer dizer que o seu contributo tem sido importante para o alargamento do sistema Público de Pensões para muitos mais anos. Não se pode negar, porque os números não enganam, que o trabalho dos imigrantes tem contribuído para o crescimento económico da nossa pátria lusitana. Um dos aspetos positivos que os imigrantes nos têm trazido é, apesar de ténue, a correção da inversão demográfica, ou seja, estar a

contribuir para o aumento da base da juventude, num Portugal que está a ficar muito envelhecido. Algumas destas crianças de diferentes nacionalidades, decerto, já frequentam as creches, Pré-Escolares e CATLs das nossas IPSS. Seria interessante e motivador que a CNIS ou alguma instância de ensino superior fizesse um estudo e o publicasse sobre as relações “entre-culturas”: potencialidades e dificuldades no contexto a que aludi. Penso que poderia ser um excelente contributo para desfazer estigmas ou até mesmo laivos de xenofobia e racismo que já vão salpicando Portugal. Retorno ao pensamento do Papa Francisco que, neste sentido, nos faz um apelo veemente ao afirmar «...exorto os países a uma abertura generosa, que, em vez de temer a destruição da identidade local, seja capaz de criar novas sínteses culturais. Como são belas as cidades que superam a desconfiança doentia e integram os que são diferentes, fazendo desta integração um novo fator de progresso! Como são encantadoras as cidades que, já no seu projeto arquitetónico, estão cheias de espaços que unem, relacionam, favorecem o reconhecimento do outro!»²

São de relevar os desafios que se podem alcançar em matéria de convivência, de regulação da imigração e a obtenção dos máximos benefícios possíveis do empenho dos imigrantes. Tal objetivo passa pelo abrir a porta a uma etapa de um novo desenho de políticas públicas e transnacionais relativas à gestão das fronteiras. As seguranças de contratação nos locais de origem e destino apontam para a necessidade de modalidades mais abertas de imigração temporal e circular. Estas serão apenas algumas ideias numa aproximação multilateral que evite tratar um dos grandes problemas mundiais de forma desregulada e com interesses meramente economicistas.

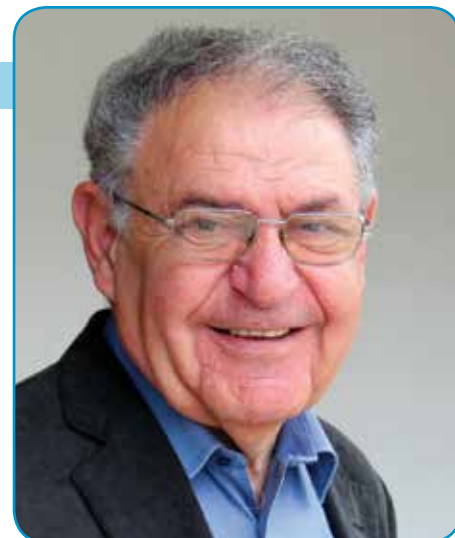
Por fim, quero deixar claro que a pobreza, o desemprego e o subdesenvolvimento não se erradicam com a imigração, mas com processos de desenvolvimento integrais e integradores. A massiva imigração que hoje vivemos é um reflexo da necessidade cada vez mais óbvia de políticas eficazes de desenvolvimento que recuperem a confiança no desenvolvimento dos seus próprios países.

¹ CF. FRANCISCO, CARTA ENCÍCLICA FRATELLI TUTTI (3 DE OUTUBRO DE 2020), PAULINAS EDITORA- SECRETARIADO GERAL DO EPISCOPADO, PRIOR VELHO 2020, 39.

² CF. FRANCISCO, EXORTAÇÃO APOSTÓLICA EVANGELII GAUDIUM (24 DE NOVEMBRO DE 2013), PRIOR VELHO: EDITORA PAULINAS (SECRETARIADO-GERAL DO EPISCOPADO), 2013, 210.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



O Compromisso de Cooperação: Saúde

CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS E HOSPITALARES

1. Deslocação das equipas às respostas residenciais do Setor Social e Solidário

De acordo com o previsto no Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, o Ministério da Saúde *“garante que os profissionais de saúde dos agrupamentos de centros de saúde asseguram a deslocação às ERPI e às outras respostas de acolhimento, na área das crianças e jovens em perigo e na área das pessoas com deficiência ou incapacidade, em função das respetivas necessidades de saúde dos utentes aí residentes, tendo em conta a lista de utentes da equipa de família, a zona geográfica e as regras em vigor nos cuidados de saúde primários”* – Cláusula I, 2 da Área Estratégica da Saúde do Compromisso de Cooperação.

Do mesmo modo, esta cobertura pelo Serviço Nacional de Saúde aos utentes integrados em respostas residenciais na Rede Solidária deverá estender-se a **outras especialidades**, nomeadamente no que concerne à **garantia de acesso a consultas médicas de especialidade hospitalar**, bem como a **deslocação das equipas de domicílios de enfermagem dos cuidados de saúde primários e dos cuidados continuados domiciliários, às unidades residenciais**, à semelhança do que é garantido a qualquer cidadão que resida no seu domicílio.

O Compromisso de Cooperação prevê que seja efetuada a definição da forma de articulação contratualizada entre ULS e ERPI para cobertura de cuidados médicos nas vertentes da continuidade de cuidados assegurados pelos médicos de família, realização de consultas médicas de especialidade hospitalar, realizadas, nomeadamente, através de instrumentos de telemedicina.

Esta **articulação dos cuidados de saúde com os cuidados de apoio social** prestados no âmbito das instituições da Rede Solidária é absolutamente preponderante para garantir a existência de uma continuidade de cuidados aos utentes, ajustados às suas necessidades e que contribuem para a melhoria da sua qualidade de vida. Urge **criar mecanismos de comunicação e articulação local** para que os obstáculos sentidos no terreno possam ser ultrapassados.



2. Balcões SNS 24

Dando continuidade ao Protocolo de Cooperação celebrado a 19 de janeiro de 2023, entre o MTSSS, o MS e as ERSSS, deverá ser garantida pelas ULS, em articulação com os SPMS, **a instalação de Balcões SNS 24 em equipamentos de ERPI, Lar Residencial e unidades de internamento da RNCCI** geridos por IPSS permitindo aproximar os cuidados de saúde dos utentes que integram as respostas residenciais da Rede Solidária e ultrapassar constrangimentos de acesso que se colocam diariamente às instituições e utentes que não podem beneficiar destes balcões.

3. Celebração de protocolos

O Estado reconhece as **instituições do setor social e solidário como parceiros**, promovendo, numa perspetiva de complementaridade, a sua participação ativa na prestação de cuidados de saúde hospitalares. Neste sentido, é promovida a celebração de protocolos com o setor para

dar resposta às necessidades das populações, assegurando a efetiva articulação entre o Estado e o setor social e solidário. As ULS devem poder celebrar acordos de cooperação com os hospitais e clínicas do setor social e solidário.

3.1. Meios complementares de diagnóstico e terapêutica

De acordo com o Compromisso de Cooperação (Cláusula I, 6) procede-se à **celebração de novos acordos/convenções entre o MS e as ERSSS para a prescrição e realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica**.

3.2. Programa Bata Branca ou outro semelhante

Alargar o programa Bata Branca, ou outro semelhante, a outras ULS, explorando plenamente as potencialidades de resolver necessidades de acesso a cuidados de saúde, através do recurso aos hospitais e clínicas do setor social e solidário.

CONSELHO GERAL DA CNIS

Instituições poderão receber apoio extraordinário para algumas valências já em julho

O Conselho Geral da CNIS reuniu no primeiro dia de julho, em Fátima, tendo o presidente da CNIS informado os conselheiros de que poderá haver um reforço financeiro extra na comparticipação do Estado em valências como a ERPI, Centro de Dia, CATL, SAD e Lar Residencial.

O padre Lino Maia referia-se a algumas conversações que têm existido com o Governo, em especial com a secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, “que aguarda pela conclusão do estudo dos custos por resposta social e garantir que o que está no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social seja cumprido”, disse, acrescentando que “isto não será em um passo só, mas é para aí que se deve caminhar”.

“A senhora secretária de Estado consultou a CNIS, demonstrando uma atitude empenhada para acelerar o processo para se alcançar os 50%, mostrando vontade de avançar com a Lei de Finanças para o Sector Social Solidário e saber da nossa sensibilidade para um apoio extraordinário a algumas valências”, contou o líder da CNIS, revelando: “Muito brevemente, ainda este mês de julho, espera-se que seja atribuído um apoio extraordinário, privilegiando as valências de ERPI, Centro de Dia, CATL, SAD e Lar Residencial”.

Ainda no seguimento do trabalho a desenvolver pelo Grupo de Trabalho sobre custos das valências, que devia ter iniciado funções em fevereiro, mas que, finalmente, está em ação, o padre Lino Maia informou os conselheiros de que, “apurados os custos, aqueles apoios extraordinários de 2022 e 2023 entrarão na base para a atualização dos acordos de cooperação”.

Sobre esta matéria, o presidente da CNIS referiu ainda: “Não estou eufórico, estamos a trabalhar. No entanto, a situação agora é mais clara”.

Instantes antes de abordar estas matérias, o Conselho Geral ouviu uma gravação de declarações feitas pelo primeiro-ministro, Luís Montenegro, feitas na inauguração de uma Unidade de Cuidados Continuados de uma associada da CNIS, em que defendeu a criação de uma lei de finanças para o Sector Social Solidário, “que estabeleça regras de comparticipação, para facilitar os projetos que são desenvolvidos pelas instituições”.

“Aquele que é o meu desejo, aquele que é o desígnio deste Governo, quando tivermos essa possibilidade, é mesmo aprovar uma lei de finanças do Sector Social. Uma lei que estabeleça as regras de comparticipação para sempre, com critérios pré-definidos, com critérios de atualização pré-definidos, para que as instituições não tenham de estar ao sabor daquilo que é, às vezes, mais ou menos a vontade das instâncias políticas, para poderem sobreviver e ter sustentabilidade na sua ação”, sustentou, tendo acrescentando: “Tal como acontece na relação entre a administração central com os municípios, aquilo



que nós queremos é que a administração central com o sector social e com instituições tenham regras transparentes que deem previsibilidade e sustentabilidade a este sector”.

Perante os conselheiros, o padre Lino Maia considerou que o que o primeiro-ministro disse “é muito importante”.

“Quando ouvi pela primeira vez, pus algumas reticências, mas estão a ser dados passos nesse sentido”, afirmou.

Por outro lado, o padre Lino Maia revelou que “o estudo da CNIS sobre os custos em creche está feito”, considerando que “a situação vai agravar-se com a gratuitidade de toda a respostas”, que acontece no arranque do próximo ano letivo.

Segundo o estudo da CNIS, uma criança em creche tem um custo verificado de 481,31 euros e o custo qualificado (o que verdadeiramente integra todos os custos) de 583,07 euros.

“No entanto, o custo não é igual em todo o país. Sabemos que em Lisboa ultrapassa o custo qualificado e no Porto também é mais elevado do que o custo verificado. E mesmo nestes dois distritos a situação não é igual em todas as creches”, argumentou o presidente da CNIS, constatando que “a diferenciação positiva é muito complicada de alcançar”.

Antes o presidente da CNIS anunciou e convidou todos os presentes e demais interessados a estarem presentes na apresentação do estudo «A importância Económica e Social das IPSS em Portugal: Central de Balanços 2021», que decorrerá no auditório da Fundação “la Caixa”, em Lisboa, no próximo dia 9 de julho.

Esta é a quarta edição do estudo e reporta

“a um ano que obriga a ler os dados com muita atenção por ser ainda da pandemia”, com a questão das frequências e não só, defendeu o presidente da CNIS, lembrando que “estes estudos têm dado boas bases para as negociações”.

Por seu turno, Palmira Macedo, assessora da Direção, revelou que a Fundação “la Caixa” se comprometeu a assegurar a publicação de futuras edições, em caso de não haver financiamento.

“Quando não houver fundos comunitários para a realização do estudo, a Fundação BPI assume as despesas e, assim, a Central de Balanços não terá interrupções”, afirmou Palmira Macedo.

Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, adiantou que a Festa e Chama da Solidariedade 2024 decorrerá entre os dias 23 e 27 de setembro em Bragança.

“A Festa será em moldes idênticos aos de edições anteriores, com a Chama a percorrer os 12 concelhos do distrito, começando em Mirandela e terminando em Bragança. A novidade este ano é que a Festa acontecerá na sexta-feira, dia 27”, disse.

Filomena Bordalo, assessora da Direção, incentivou os conselheiros a passarem a palavra nos seus distritos e federações sobre os dois seminários que a CNIS vai realizar neste mês de julho.

«Vivências da sexualidade, afetos e relações de intimidade na prestação de cuidados – o caso das pessoas mais velhas e o caso das pessoas com deficiência apoiadas pelas IPSS» é o tema a abordar, dia 11 no Fundão e dia 23 em Aveiro.

FILOMENA ARAÚJO, PRESIDENTE DA UDIPSS VIANA DO CASTELO

As instituições precisam de profissionalizar a sua gestão

A Volta a Portugal da Solidariedade chegou esta edição ao distrito de Viana do Castelo, onde há cerca de 120 IPSS, sendo 75 associadas da UDIPSS.

Filomena Araújo, presidente da União Distrital de Viana do Castelo, identifica algumas lacunas na resposta social no distrito, em especial na área da saúde mental e da deficiência. A falta de capacidade de resposta das instituições, que estão lotadas, ou a inexistência de algumas agrava a situação num distrito considerado esmagadoramente um território de baixa densidade.

Outra questão que tem preocupado as instituições do distrito, mas não só, é o financiamento das respostas atípicas.

“Prende-se com os pagamentos extraordinários atribuídos em 2022 e 2023 e há várias instituições que ainda não receberam os de 2022. Houve um erro da parte informática em Lisboa e não conseguem resolver o problema. Sei de uma instituição que já foi para o Supremo Tribunal, porque isto é ridículo”, lamenta, acrescentando: “Fizeram mal os cálculos e, passado ano e meio, ainda não acertaram as contas. E para instituições pequenas, ter esse dinheiro fora faz muita diferença! Os acordos atípicos são atípicos por algum motivo e eles olharam para isto como se fosse o típico e, agora, para, em Lisboa, fazerem essa correção está a ser complicadíssimo”.

SOLIDARIEDADE - Que retrato podemos traçar das IPSS no distrito de Viana do Castelo?

FILOMENA BORDALO - Ainda há muito trabalho para fazer naquilo que concerne a uma gestão mais profissionalizada de algumas IPSS, principalmente, porque temos um problema grande no distrito. Ainda não fiz essa conta, mas cerca de 80% das nossas IPSS são de inspiração canónica e, como sabe, a legislação refere que nessa situação o padre é sempre o presidente, quer tenha ou não tenha perfil, quer queira ou não queira. Realmente, hoje em dia, a gestão das organizações tem de ser cada vez mais profissionalizada. As pessoas têm de dominar muitas matérias, não chega sermos voluntários, temos que nos preparar mesmo como voluntários, porque essa função é muito exigente nos dias que correm. Trabalho nesta área há 34 anos e o que era nessa altura não é hoje. Hoje temos de ter mais conhecimento sobre as matérias e, cada vez mais, dominar a área da gestão, para trazer essas mais-valias que o sector empresarial tem e que podem ser uma vantagem na organização e no funcionamento das nossas IPSS. Isto sem alterar a nossa missão que é apoiar aqueles que mais precisam. Uma coisa não é contraditória da outra. Ou seja, quanto melhor gerirmos uma instituição, mais capacidade temos de apoiar eficazmente as pessoas. Agora, enquanto muitas direcções não perceberem isso, continuamos a ter realmente instituições com fragilidades. Tivemos, por exemplo, há pouco tempo, uma instituição que encerrou



aqui no distrito, ligada à área dos idosos... É preciso uma gestão muito apertada e ter a noção do que se está a fazer e como e quais os riscos que se correm com determinadas respostas sociais, pois há respostas sociais que não são, de forma alguma, rentáveis. Aquilo que é a comparticipação não chega para cobrir o custo das respostas, porque estas são subfinanciadas. Praticamente todas as respostas, com raríssimas exceções, estão subfinanciadas e, depois, aquilo que os clientes pagam não cobre o que falta, pelo que isto tem de ser muito bem gerido.

Relativamente à necessidade de uma maior profissionalização dos dirigentes, a UDIPSS tem fornecido formação nessa área?

Temos proporcionado formação e temos agarrado tudo quanto é formação, porque a formação que fazemos na União é, basicamente, para os quadros superiores das instituições e para as direcções, porque outro tipo de formação, mais vocacionada para o pessoal auxiliar ou de cozinha ou pessoal administrativo, normalmente, não fazemos porque há imensas empresas a fazer. Nós centramo-nos mais nos quadros dirigentes e técnicos. Um dos problemas que sentimos, e que está relacionado com aquilo que disse anteriormente, é saber como é que trago os senhores padres para a formação? Este é um problema, porque são eles que gerem a grande maioria das nossas instituições. Já há instituições de inspiração canónica que começam a pôr directores executivos, mas não é muito frequente.

E em termos de dimensão, qual é a realidade das instituições do distrito, sabendo-se que a sustentabilidade está muito ligada a esse aspeto?

A grande maioria são pequenas ou médias instituições, o que acarreta alguns problemas em termos de rácios e de sustentabilidade financeira. Ou seja, se não temos a capacidade de ter respostas em que, às vezes, uma consegue equilibrar a outra, é muito difícil. Por exemplo, esta instituição que fechou tinha uma área residencial para 15 utentes, o que não é sustentável. Uma ERPI para 15 e um centro de dia, que por si não são sustentáveis, e, depois, houve também má gestão, muita confusão, o que levou ao encerramento da instituição, que era um centro social paroquial. Já não podemos entrar neste sector só com voluntarismo e boa vontade. Depois, há muito trabalho que tem de ser feito e que os órgãos sociais, que são todos voluntários, por vezes não têm possibilidade de fazer.

Encontrar novos dirigentes é um problema no distrito de Viana do Castelo?

Também é.

E trabalhadores?

Esse é um calcanhar de Aquiles das instituições, mas em todo o país. Tenho falado com muitos dirigentes e todos me dizem o mesmo. Ou seja, neste momento, o que está a valer às instituições é a imigração, que está a compensar a falta de mão-de-obra, principalmente, em quadros menos diferenciados. Isto não se nota tanto nos



quadros técnicos. Por exemplo, na minha instituição, a Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo, mais de metade do nosso quadro de pessoal são técnicos superiores, porque a área da deficiência tem sempre muitos técnicos. Neste momento, existe um problema em contratar alguns técnicos, mas tem que ver com outra realidade, que é o que pagamos no nosso sector, que é muito é baixo. Os técnicos, terapeutas da fala e outros, têm propostas do privado muito mais aliciantes e fazem a sua escolha. Estes técnicos, em clínicas e hospitais privados, ganham valores que nós não conseguimos alcançar e, por isso, temos perdido muita gente para o sector privado. Já nas auxiliares de cozinha, limpeza, etc., o que está a valer às instituições, neste momento, é realmente a imigração, porque senão estávamos com problemas gravíssimos de contratação de pessoal.

Qual a grande lacuna em termos de respostas sociais no distrito?

É a de respostas na área da saúde mental. Temos zero. Essa é uma lacuna identificada pela nossa CIM [Comunidade Intermunicipal] do Alto Minho, identificada em todos os clãs. A saúde mental não tem resposta, não temos uma única instituição especializada na área e sentimos mesmo essa falta. Esta é realmente algo que estamos a tentar resolver, sei que a própria CIM tem estado a tentar mobilizar recursos a ver se conseguimos que alguém com experiência venha para cá. Este é, sem dúvida, o nosso ponto fraco em termos de respostas sociais. Depois, em termos do envelhecimento, ainda estamos muito abaixo daquilo que seria necessário para os nossos idosos. As creches também, principalmente, agora com a imigração está a ser mesmo insuficiente. As IPSS estão a tentar aumentar a sua capacidade de resposta, mas ainda não é suficiente e há determinadas zonas do distrito que ainda estão a descoberto. Na área da deficiência, faltam-nos áreas residenciais, porque a única instituição que tem áreas residenciais, neste momento, é a APPACDM. A Fundação M Autismo está a trabalhar para conseguir ter uma área residencial, a Associação de Paralisia Cerebral

de Viana do Castelo também está a trabalhar nesse sentido, tendo já um terreno e a primeira a fase do projeto a ser consolidada. Só que não anda como nós queríamos. Esta é uma área muito deficitária o nosso distrito, que tem uma percentagem de deficiência, de uma forma geral, muito elevada e não temos capacidade de resposta. Isto com a agravante de que as pessoas com deficiência e, principalmente, multideficiência têm atualmente uma expectativa de vida muito mais alargada do que tinham há 30 ou 40 anos. E se estas pessoas estão a envelhecer, os seus familiares também e muito mais e isto está a ser dramático. Este é outro ponto fraco do nosso distrito, a APPACDM tem várias áreas residenciais, mas não chegam e estão sempre lotadas.

E como é a relação com as associadas e quais as solicitações mais frequentes que fazem à UDIPSS?

O relacionamento é muito bom e todas sabem que me podem contactar quando precisam. É raro o dia em que não tenho uma chamada ou um email a solicitar alguma coisa. As solicitações continuam a ser sobre legislação, recursos humanos e área da gestão. Na maioria, questões que eu própria, não sendo jurista, sou psicóloga, consigo responder, as mais complexas vão para o nosso gabinete jurídico. A maioria estão mais relacionadas com a legislação do trabalho e, por vezes, de contabilidade... Esse também é um ponto que considero que vamos ter que trabalhar muito junto das instituições, porque há uma pequena parte das instituições que contrataram gabinetes de contabilidades e o que verificamos é que estes não têm experiência na contabilidade deste sector. Então, quando nos apresentam as contas, verificamos logo pela forma como as apresentam, que não estão corretamente enquadradas. No entanto, deparamo-nos com um problema grave, ou seja, como os gabinetes de contabilidade são contratados, é muito difícil trazê-los para as formações específicas. Um dos objetivos próximos da UDIPSS é fazer um trabalho junto das associadas para que elas consigam vencer seus gabinetes de contabilidade a virem às

formações.

E como é a relação com a CNIS?

É um bom relacionamento, aliás, eu relaciono-me bem com todo o mundo. Acho que a cordialidade, concordando-se ou não com as pessoas, é fundamental, mas digo aquilo que tem de ser, de uma forma educada. Sou contestatária na defesa daquilo que acho que é correto para as associadas e para o nosso sector, mas de uma forma assertiva.

Outros presidentes de Uniões têm-nos dito que gostavam que a CNIS estivesse mais próxima. Como é que acha que isso poderia ser possível, ou seja, estar mais próxima das Uniões e respetivas associadas?

Às vezes, nós, Uniões, só sabemos as informações quando vamos ao Conselho Geral, que são três por ano, e muitas vezes a CNIS está a trabalhar em aspetos que para nós são fundamentais e, mesmo que ainda não tenha respostas, podia dizer algo. É importante que nós percebamos o que está a acontecer para podermos passar aos associados que determinadas situações estão a ser tratadas. E, muitas vezes, só ficamos a saber disso quando vamos aos conselhos gerais. Até por e-mail, que podiam ser enviados quinzenalmente só para as direções das uniões, com alguns pontos do que é que se esteve a trabalhar nesses 15 dias, o que é que está em negociação, o que é que ainda não se avançou... Sentimos falta dessa informação, daquilo que diariamente está a ser tratado. Sabemos que a CNIS participa em muito grupos de trabalho, mas sinto essa lacuna. Devia haver uma comunicação mais frequente com as direções das UDIPSS. Acho isto importante e esta troca mais frequente aproximava-nos mais.

E o PRR chegou às instituições do distrito?

Muito pouco, muito pouco mesmo... Na área da infância houve umas candidaturas para creche que foram aceites. Na área dos idosos também foram poucas e, agora, há as candidaturas à eficiência energética dos carros, mas que é basicamente para quem tem SAD e pouco mais. Mas sei que há associadas que vão avançar. Diz-se que há muito dinheiro para as instituições, mas depois os constrangimentos em cada candidatura são muito apertados, o que vai limitar a um número muito residual de IPSS que conseguem aceder aos financiamentos. Não sei se outros distritos estão a sentir isto, nós aqui estamos, apesar de a grande maioria dos territórios do nosso distrito serem considerados de baixa densidade.

E as candidaturas aprovadas têm conseguido chegar ao terreno ou há concursos públicos a ficar desertos como em outros distritos?

Exatamente, e isso também está a ser referido. Por exemplo, agora, com as viaturas elétricas, os nossos fornecedores, de todas as marcas, não têm capacidade de resposta. A Associação de Paralisia Cerebral está, neste momento, a solicitar orçamentos para uma carrinha de nove lugares, elétrica, com adaptação para cadeiras de rodas e está a ser um problema. Ainda por cima, a nossa legislação que regulamenta o transporte de passageiros com cadeiras rodas está com muitas limitações em relação ao resto da Europa, por questões relacionadas com o peso.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DE SEIXAS, CAMINHA

O futuro passa pela criação de um Parque Residencial Sénior

O Centro de Bem-Estar Social de Seixas, concelho de Caminha, desenvolve apenas a valência de ERPI, onde acolhe, de momento, 62 idosos, apoiados por uma equipa de 51 funcionários e ainda mais cinco prestadores de serviço, três dos quais médicos.

Olhando friamente aos números salta à vista que o rácio utentes-trabalhadores é muito elevado, sendo quase de um para um.

“Bem, se calhar, essa é das grandes evoluções que fizemos desde que aqui chegámos. Quando eu entrar no lar e sentir aquele cheiro característico de quando há 10 ou mais fraldas para mudar, direi que temos pessoal a mais, mas quando deambulo pelo lar e isso não se consegue notar, digo que temos o pessoal suficiente”, é assim que justifica Manuel Vilares, presidente da instituição há 12 anos, que acrescenta: “Entrar no refeitório e ouvir o silêncio de quem está a comer com satisfação, leva-me a considerar que não temos pessoal a mais”.

No entanto, Manuel Vilares considera que “há aspetos que são complicados em termos de integração numa IPSS, porque as receitas deixam muito a desejar”.

“Quando entrei aqui há 12 anos, a casa estava numa situação financeira muito difícil. Tínhamos uma dívida de 150 mil euros e todos os meses ela crescia 10 mil euros. Tivemos de fazer um trabalho duro! Havia poucos recursos humanos e muitos problemas sociais no seio da instituição. Nessa altura, no turno da manhã havia quatro funcionários, atualmente não admito que tenha menos de nove”, assevera, argumentando: “Estamos a gastar muito mais dinheiro do que nessa altura, mas, se gastamos, é porque o temos e, se o temos, não é para meter no cofre, é para investir no bem-estar das pessoas que aqui residem”.

O líder da instituição de Seixas aborda a questão por outro prisma, explicando por que razão se gasta mais dinheiro agora.

“Em 2011, quando aqui chegámos, custo por utente era de mais de 1.400 euros. Em três anos conseguimos reduzir esse custo para cerca de mil euros e foi essa melhor gestão que nos ajudou a equilibrar as finanças da casa. Agora, nos dois últimos anos, um utente custou-nos um pouco mais de 1.600 euros, o que é um valor mais alto do que os de outras instituições. E estamos com este custo já depois da pandemia e, no entanto, não conseguimos reduzi-lo”, sustenta, avançando uma explicação: “Há diversos fatores que contribuem para isto, como a pandemia, que aumentou muito os custos operacionais, e, principalmente, o aumento do vencimento mínimo. Uma boa parte dos nossos trabalhadores aumentaram de uma forma exponencial”.

Ainda assim, a situação financeira da instituição é equilibrada, mas não dá para muito mais.

“A casa, neste momento, consegue ganhar



aquilo que gasta. Temos receitas que se equiparam com as despesas. Não temos muita expectativa em termos de evolução, de melhoramento”, lamenta Manuel Vilares.

Atualmente, está em vias de finalização uma empreitada, patrocinada pelo PARES, relacionada com a melhoria da eficiência energética do equipamento, tendo já sido renovado o telhado e sido colocados painéis solares, janelas e portas, decorrendo ainda algumas obras em um dos pisos do edifício.

“São obras com um custo de mais de 800 mil euros em que temos uma comparticipação de cerca de 600 mil euros do PARES, mas para fazer isto já foi muito complicado, pois para fazer face a isto contraímos um empréstimo bancário de 300 mil euros. Uma obra destas implica despesas que não estão na candidatura, como 100 mil euros de IVA ou outras ocorrências no decurso da obra”, revela.

O Centro Social de Bem-Estar Social de Seixas nasce em 1951, na sequência de algo que foi transversal ao país nesses anos do século XX, como Sopa dos Pobres.

“Havia muita pobreza, eram gentes da pesca, e um ou dois benfeitores criaram essa obra”, conta Manuel Vilares, tendo em 1973 sido criado, num edifício, entretanto, adquirido, um asilo, “onde eram dados um cobertor e uma sopa”.

“Em 1987, aquele edifício foi desativado como asilo e os utentes integram o lar no novo equipamento. Entretanto, aquele edifício foi alugado à APPACDM e, em parte dele, funcionou durante muito tempo um salão de festas. Atualmente está desativado, por questões de segurança da estrutura, mas na parte que esteve alugada, criámos um albergue para os peregrinos dos Caminhos de Santiago”, recorda ainda o presidente da instituição.

E se o passado tem sido de altos e baixos, quanto ao futuro o Centro de Bem-Estar Social de Seixas mantém-se ambicioso.

Tendo deixado cair os projetos de criação de um Serviço de Apoio Domiciliário, de um Centro de Dia, de um Centro de Convívio e de uma Residência Temporária, Manuel Vilares mantém o sonho de edificar o Parque Residencial Sénior, porque para já não há condições para avançar.

“Houve uma altura em ambicionávamos ter

mais do que uma ERPI, tentámos um Centro de Dia e não conseguimos, tal como o resto. Hoje mantemos dois projetos, que não sei se os conseguiremos concretizar. Um é um Parque Residencial Sénior e o outro é a recuperação de todo este edifício para ampliação desta ERPI, incorporando o edifício que está devoluto neste momento e fazer uma passagem que ligue os dois edifícios”, afirma, explicando: “Na ampliação deste edifício, queremos ter um auditório com 150 lugares sentados, algo que já tivemos, ao mesmo tempo teríamos uma parceria com a Câmara e Junta de Freguesia, para que a Junta tivesse ali um espaço. O resto seriam salas e centros de atividades para os 62 utentes do lar, mas abertos também a outros 30 idosos que há na comunidade e que estão sozinhos em casa. Neste momento, já temos recursos humanos para poder termos esse centro de atividades. E este edifício ficaria mais aliviado em termos de espaços”.

Por outro lado, o projeto permitiria recuperar algo de muito importante para a instituição: “Ali temos capacidade para recuperar tudo o que perdemos em termos recreativos, porque estatutariamente a instituição tem a obrigação de zelar por aspetos culturais e recreativos”.

O Parque Residencial surge da avaliação do que é hoje um lar.

“A evolução dos lares não tem sido no sentido das verdadeiras necessidades das pessoas com idade avançada. Hoje já não são asilos, são lares, remetendo para a ideia de casa e família. Depois passou a ser ERPI, mas não são as mudanças de nome que mudam as coisas. Hoje, as ERPI albergam pessoas cada vez mais velhas, com mais patologias e a sua heterogeneidade é muito grande, o que torna a gestão da casa algo complicada, tal a diversidade de pessoas que coabitam no seu interior. Criar ambientes saudáveis nestes contextos é muito difícil”, começa por contextualizar para explicar o que pretende a instituição: “O Parque Residencial Sénior surge como uma alternativa a estas dificuldades. Aqui pretende-se construir 30 casas, com capacidade para duas, três pessoas no máximo em cada, todas diferentes e envolvidas por um espaço verde. Estas seriam casas para cerca de 60 pessoas, ainda com autonomia e que a instituição possa estimular ainda mais essa autonomia”.

Concretizando este projeto, a atual ERPI ficaria com 40 residentes, totalmente dependentes, havendo o desejo de criar uma unidade de cuidados continuados.

“Está em banho-maria, à espera de uma candidatura ou de algum parceiro”, afirma.

E como seria Seixas sem o Centro de Bem-Estar Social?

“Com 73 anos de história e com todos os altos e baixos, penso que esta casa tem de se sentir realizada do ponto de vista social e de desenvolvimento concelhio. A mais-valia que a instituição é, é muito positiva”.

POSTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ALVARÃES, VIANA DO CASTELO

Ampliação da ERPI é essencial para não pôr em causa a sustentabilidade

Nasceu em 1950 como Posto de Assistência Médica de Alvarães, mas, com o surgimento do Serviço Nacional de Saúde, no ano de 1981 passou a Posto de Assistência Social de Alvarães. Atualmente, a IPSS do concelho de Viana do Castelo apoia 40 idosos em ERPI, 15 em Centro de Dia e 40 em SAD e ainda 42 crianças em creche, com uma equipa de 64 trabalhadores.

Ângela Araújo, diretora-técnica da instituição, sublinha a importância da instituição no contexto social em que se insere e aponta dois constrangimentos a um melhor funcionamento da instituição.

“Um de âmbito externo, e que tem que ver efetivamente com aquilo que é o modelo de financiamento destas organizações. Estamos amplamente limitados, regulados e dependemos das comparticipações da Segurança Social, que não têm sido atualizadas de acordo com aquilo que, de facto, é a nossa inflação real”, critica, explicando: “Depois, no que diz respeito ao cálculo das comparticipações dos utentes, estamos limitados ao cumprimento das regras, pelo que defendo que o modelo das comparticipações deveria ser revisto. Muitas vezes somos confrontados com situações de vulnerabilidade económica e que devem ser objeto daquilo que é a nossa missão. E deparamo-nos com algumas situações em que a pensão, se calhar, é baixa, mas o património é enorme, seja património imóvel, sejam contas bancárias, e deveria haver critérios que diferenciassem isto. Quem mais pode pagar deve ajudar a suportar quem menos pode pagar”.

Neste âmbito, Ângela Araújo aponta ainda o fator da “atualização dos salários, que é importante e que defendemos também, mas para o sector social, que tem um peso de cerca de 60% naquilo que é a nossa estrutura de custos, obviamente, aumenta muito o custo operacional”, lamenta.

Mas para além do constrangimento externo, a instituição de Alvarães tem, segundo a diretora-técnica, “uma limitação interna, que tem que ver com as características do edifício-sede e que fazem com que aumente os custos”.

“A nossa estrutura residencial está organizada em duas unidades: a unidade original, mais aquela que surgiu do centro de noite. Essa ampliação da ERPI tem um rácio colaboradores-residentes desequilibrado, porque para 13 utentes necessita obrigatoriamente de oito auxiliares. Teríamos de aumentar quatro a cinco vagas na nossa capacidade para termos uma maior sustentabilidade. Estamos a trabalhar nisso neste momento, mas é algo que traz um custo em termos operacionais”, argumenta, lembrando que o edifício precisa de uma reabilitação, pois tem quase 30 anos e “já não se adequa aquilo que são as necessidades atuais”.

Há 11 anos, Posto de Assistência Social avançou para a abertura de um Centro de Noite, mas a resposta não funcionou durante muito tempo.

“Construímos um Centro de Noite em 2013



que acabou por ser convertido numa ampliação da área residencial em 2018. Esta ERPI tinha 31 utentes e acabámos por converter o Centro de Noite em lugares de ERPI”, conta Ângela Araújo, que, no entanto, ainda vê vantagens na resposta: “Do meu ponto de vista, até era uma resposta com muita pertinência para as pessoas poderem ter uma estrutura de retaguarda só para o período noturno. Porém, à partida a resposta já trazia algumas particularidades que seriam um obstáculo. Primeiro, um utente não podia frequentar duas respostas sociais comparticipadas. Ora, o perfil do utente que procura uma ajuda para o período da noite, genericamente e dentro daquilo que é a nossa realidade, também precisa de apoio durante o dia, nem que seja uma refeição confeccionada. E, muitas vezes, o facto de a pessoa procurar acolhimento noturno não tem só que ver com o facto de ter enviuvado e agora ter receio com a noite. As preocupações com a noite decorrem em geral da perda de autonomia da pessoa e essa perda de autonomia faz com que a pessoa tenha esses receios e essas preocupações. O facto de estas pessoas não poderem estar em duas respostas comparticipadas, faz com que o serviço fique muito caro para a pessoa. E a realidade aqui da nossa população é de pessoas que trabalharam na agricultura ou nos serviços domésticos e que têm pensões muito baixas”.

A diretora-técnica recorda que na altura de abertura da resposta, contactou “os 12 que existiam na altura no país todo e não estava nenhum a funcionar como centro de noite, já todos estavam a funcionar como lar”.

Contudo, como já referiu Ângela Araújo, esta ampliação está a mexer com o equilíbrio da



instituição.

“Neste momento, a situação financeira é estável, mas preocupante, porque as nossas contas nos dois últimos anos são negativas. E são negativas em resultado da ampliação da ERPI e do seu funcionamento em duas unidades funcionais. Por isso, teremos que construir uma solução para voltarmos ao equilíbrio”, assevera.

Nesse sentido, “a estratégia tem de passar pela ampliação da segunda unidade funcional”.

“Se não tomarmos medidas nesse sentido a nossa sustentabilidade fica posta em causa. Temos de aumentar a capacidade para aumentar as fontes de receita. Até porque existe procura”, sublinha a diretora-técnica, que lembra ainda que a instituição apresenta uma média de oito candidaturas por ano na busca de financiamento.

Para além do projeto mais imediato e necessário para alcançar um melhor equilíbrio financeiro, a instituição tem um outro, mais ambicioso, mas que, para já, terá que ficar na gaveta.

“Há mais um projeto, mas não acredito que a curto prazo possamos trabalhar nele. Nos últimos



anos trabalhámos no projeto da construção de um novo edifício que permitisse criar novas respostas sociais na área da saúde mental e que proporcionasse a construção de uma nova estrutura residencial, mas numa tipologia de habitação. Contudo, os valores projetados eram de oito milhões de euros... Fomos desconstruindo o projeto, mas não há condições para avançar. Por isso, o mais certo é avançarmos para a remodelação deste edifício”.

No rol de respostas sociais que a instituição desenvolve, a última a surgir foi a creche, em 2012. No entanto, o projeto era bem mais antigo.

“Entre o momento em que se sentiu que era preciso trabalhar numa solução para criar uma creche e o momento em que ela surgiu, provavelmente, passaram mais de 10 anos”, recorda a responsável.

Em tempos houve em Alvarães uma resposta na área da infância, das Irmãs Missionárias do Espírito Santo, que hoje já não existe e que só desenvolvia pré-escolar.

“Era sentida na terra uma necessidade de, antes dessa idade, ir gerando uma resposta. Não podemos ignorar que a necessidade de creche é uma necessidade mais recente em relação ao jardim de infância e resulta muito do facto de a mulher entrar no mercado de trabalho e começar a faltar retaguarda familiar nessa faixa etária. A creche é uma necessidade mais recente na história da instituição, mas surge 10 a 15 anos antes da creche ter nascido, porque houve um primeiro projeto que não foi aprovado”, conta, lembrando ainda alguns percalços: “E a obra demorou muito tempo, porque decorreu numa altura de crise, em 2008, 2010, e houve a falência de três empresas de construção”.

Já desde 2015 com a lotação esgotada, fruto de uma ampliação da capacidade, que era de 33, desde o presente ano letivo acolhe 42 petizes.

Para Ângela Araújo, os critérios de priorização da Creche Feliz “têm uma componente muito social e preocupações com questões de vulnerabilidade económica, critérios que são importantes e que devem ser defendidos e a creche fornece



aqui um modelo positivo para as crianças”, porém: “Não podemos esquecer, e a portaria da assim o define, que a creche é uma resposta para facilitar a conciliação entre as responsabilidades parentais e profissionais. Está lá nos objetivos da portaria claramente. Por exemplo, numa família nuclear em que os dois elementos da unidade familiar estejam a trabalhar, o que temos assistido é a famílias nucleares com um elemento desempregado, que poderia ficar com o seu filho em casa, a ter maior prioridade face a uma família que, às tantas, terminou a licença parental, precisa de regressar ao trabalho e não encontra vaga em creche. Isto foi dramático ano passado e lidámos com várias famílias no limite do desespero, ponderando colocar uma licença sem vencimento para ficar com um filho em casa”.

Para a responsável da instituição, “situações priorizadas pela situação socioeconómica não pode ser critério principal”, deixando ainda uma crítica: “Há aqui uma falha, porque era previsível que, quando saiu a portaria, iríamos ter uma procura muito maior do que tínhamos até então pela questão da gratuidade. E considero que não foi devidamente acautelado na altura, não foi devidamente investigado qual era a resposta que tínhamos no país, colocando as famílias numa situação muito difícil”.

Ainda assim, a técnica considera que “as coisas vão começar a melhorar”, apesar de, para o ano letivo 2024-2025, a instituição tenha uma lista de espera de cerca de 80 crianças.

Ao contrário de outras instituições espalhadas pelo país, as dificuldades em contratar pessoal, uma das pechas das IPSS no momento, no Posto de Alvarães “há fases más, mas, de repente, parece que essa dificuldade se dissipa e, no entanto, volta a surgir”. “Diria que sentimos essa dificuldade, provavelmente, em finais de 2018, início de 2019. E acho que há vários fatores que contribuem para isso. O primeiro deles é a falta de reconhecimento daquilo que é a importância do papel de quem trabalha neste sector e falo de reconhecimento em tudo, financeiro e não só. É fundamental ver este aspeto financeiro, porque não vamos conseguir motivar pessoas a trabalharem neste sector, por muito que gostem e até que tenham vocação para tal, se depois aquilo que é exigido, em termos de esforço na gestão da sua vida pessoal e familiar, que é um esforço, não é reconhecido financeiramente. Não esqueçamos que é preciso trabalhar fins-de-semana, tardes, noites e é um trabalho fisicamente e psicologicamente duro”, especifica, sublinhando um aspeto que não é de somenos importância: “Há questões práticas que é preciso atentar. Repare, a maioria dos nossos trabalhadores são mulheres e, quer queiramos quer não, ainda é sobre a mulher que recai a maioria das responsabilidades familiares. Ora, em horários de trabalho que extravasam os períodos de funcionamento das creches, escolas, jardins de infância, muitas vezes é complicado organizar horários. Por exemplo, temos trabalhadoras com dificuldades em trabalhar no horário de jantar, que é quando se concentra toda a dinâmica familiar, e em período noturno. Sinto dificuldades em encontrar trabalhadores para esses turnos, mas já não sinto grande dificuldade em encontrar trabalhadoras, por exemplo, para um período diurno, entre as 8h00 e as 17h00. Este fator explica parte dessa dificuldade em contratar e, claro, as remunerações”.

Para além das respostas sociais referidas, a instituição já coordenou um CLDS, criou um banco de ajudas técnicas e criou o projeto Fiso na Comunidade.

“A fisioterapia surgiu de uma candidatura que fizemos ao Prémio BPI Seniores e, nessa altura, tivemos a visão de adquirir algum equipamento, para uma sala de estimulação sensorial e fisioterapia. Faltava-nos o fisioterapeuta, mas comprámos todo o material necessário. No ano seguinte testámos o projeto de termos um fisioterapeuta para desenvolver fisioterapia em instituições idênticas à nossa, aqui na comunidade e servir os nossos utentes. Muito rapidamente, internamente e na comunidade envolvente, ocupámos o fisioterapeuta, pelo que já nem deu para ir trabalhar com as outras instituições. O fisioterapeuta é quase autossustentável e permitiu-nos abrírmolos à comunidade”, afirma.

E como seria Alvarães sem o Posto de Assistência Social?

“Isso tem que ver com o impacto que nós temos na comunidade. À quantidade de pessoas que apoiamos localmente, o impacto seria enorme naquilo que é a qualidade de vida das famílias, que têm dependentes a seu cargo, crianças ou idosos, que viveriam sob grande stress. E há a questão do emprego. Somos, provavelmente, o maior empregador de Alvarães. E isto é importante para a economia local, para a coesão social da comunidade, para o emprego. Senão existíssemos, Alvarães seria muito diferente”.

ESTUDO SOBRE DESIGUALDADES SOCIAIS ENTRE JOVENS

Condição de classe continua a ser determinante no mercado de trabalho

O mercado de trabalho está a agravar as desigualdades sociais entre os jovens, revela um estudo divulgado, no qual se alerta que o aumento das qualificações não está a ter o efeito de elevador social esperado.

“O que mais inquieta neste estudo é que evidencia uma desigualdade estrutural entre os jovens, sugerindo que se distinguem no mercado de trabalho consoante a sua condição de classe”, defende o investigador do ISCTE Renato Miguel do Carmo, que coordenou o trabalho.

É a partir da condição social que os jovens «experimentam distintamente» o mundo do trabalho e a exposição a «graus variáveis» de desemprego, desproteção social e precariedade laboral.

“As habilitações literárias dos pais são atributos, não só geradores de diferenciação social, mas produtores de fortes níveis de desigualdade entre os jovens”, refere um documento de apresentação do estudo “Os Jovens e o Trabalho em Portugal - Desigualdades, (Des)Proteção e Futuro”.

A maioria dos jovens de famílias com menos recursos, sobretudo do interior do país, fica limitada a “trabalhos mal pagos e a empregos mais precários”, o que faz com que fiquem mais tempo

dependentes da família e dos amigos.

Renato Miguel do Carmo, coordenador do Observatório das Desigualdades, nota que o maior acesso a diplomas “não quebrou a reprodução da situação social de origem”.

O inquérito desenvolvido por uma equipa de investigadores permitiu identificar um elevado número de jovens (63%) que atravessou períodos de desemprego sem qualquer proteção social ou resposta institucional.

Os resultados deram origem a um livro, no qual são propostas duas linhas políticas para atacar os problemas: “alargar o Estado social a esta franja da população” e aumentar os salários e a proteção social no emprego.

Além da origem social, também o género marca a entrada no mercado de trabalho, com as mulheres a ganharem “significativamente menos do que os homens”, o que leva a que muitas tenham necessidade de ter mais do que um emprego.

Em regra, segundo os investigadores, um licenciado ganha mais do que uma mulher com mestrado ou doutoramento.

“O mercado de trabalho vinca a desigualdade de género que se vive em Portugal, premiando com

salários mais elevados os homens, inclusive quando comparados com mulheres com o mesmo nível de escolaridade”, destaca Inês Tavares, investigadora do ISCTE e coautora do livro, citada em comunicado.

Em termos gerais, os inquiridos enquadrados no perfil “integrados e protegidos” residem maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa (58%). “Cada área territorial vai perdendo o seu peso à medida que se afasta dos territórios mais urbanos e se aproxima dos mais periféricos”.

Para a investigadora, as disparidades salariais e as assimetrias contratuais e de proteção social que o mercado de trabalho português está a produzir “contribuem para o aumento e reprodução das várias desigualdades sociais”.

O coordenador do estudo destacou que muitos jovens, para terem um nível de rendimento razoável, têm de “recorrer a várias atividades” e que são ainda “muito marcantes” as desigualdades de género, mesmo entre as gerações mais jovens.

“Uma maioria dos jovens que estiveram no desemprego, não recebeu subsídio de desemprego. Há aqui uma necessidade de uma resposta política”, acrescentou, considerando que os mais jovens são os que mais têm sofrido com as crises.



Há um WEBSITE à sua espera na F3M!

OBRIGATÓRIO
publicitação
das contas
anuais em
site próprio

- Visibilidade
- Acessibilidade
- Credibilidade
- Profissionalismo
- Experiência de utilização

Instituições mais próximas dos utentes!

Conheça a OFERTA 360° da F3M para o setor social!

- Software
- Consultoria
- Formação certificada
- Telecomunicações
- Infraestrutura tecnológica
- Cibersegurança





www.f3m.pt

FUNDAÇÃO GULBENKIAN

Pobreza energética é um problema sério em Portugal

A Fundação Gulbenkian recomendou ao Governo que crie programas de financiamento para combater a pobreza energética e às autarquias que instalem pontos de atendimento presencial para identificar as famílias vulneráveis e ajudá-las a reduzir gastos com energia.

As recomendações constam de um relatório divulgado pela Fundação Calouste Gulbenkian e resultam de um projeto-piloto que decorreu no distrito de Setúbal entre 2022 e 2023 para mitigar a pobreza energética.

Segundo o relatório, a pobreza energética “é um problema sério em Portugal”, onde 1,7 milhões de pessoas não conseguem aquecer as suas casas a uma temperatura confortável no inverno e um terço da população não consegue arrefecer as suas habitações no verão.

Além disso, 70% das casas em Portugal são classificadas como ineficientes em termos de energia e um quarto da população vive em casas com fugas, humidade ou bolor.

Para abordar este problema, a Gulbenkian desenvolveu um projeto-piloto que consistiu na criação de um ponto de atendimento móvel para oferecer aconselhamento energético à população.

As pessoas apoiadas no “Ponto de Transição”, nome que a fundação deu ao ponto de atendimento instalado num contentor que esteve em diversos locais e contextos da região de Setúbal, receberam aconselhamento sobre eletricidade e

gás, apoio à eficiência energética das habitações e avaliações energéticas gratuitas.

Ao longo de 14 meses, o projeto recebeu mais de 500 visitantes, ajudou mais de 75 famílias a candidatar-se a financiamento público para obras de renovação das suas habitações e recomendou medidas como a instalação de redutores de fluxo de água, a instalação de proteção exterior nas janelas ou a substituição de janelas de vidro simples por vidro duplo e de lâmpadas convencionais por LED.

Nas suas conclusões, a Gulbenkian sublinha que estes pontos de atendimento presencial permitem fazer a ponte entre consumidores vulneráveis e programas de apoio financeiro, acelerando uma transição energética justa e inclusiva, numa altura em que o aumento dos custos com energia resultante da atual crise energética agravou a vulnerabilidade à pobreza energética e aumentou o número de pessoas afetadas em toda a Europa. No relatório, a fundação recomenda que o Estado central assegure políticas, medidas e programas de financiamento estáveis para melhorar a eficiência energética das habitações, reconhecendo a necessidade de visar as populações em situação de pobreza energética e de mais difícil acesso. Ao poder local, a fundação sugere a criação e gestão destes pontos de atendimento móveis como o Ponto de Transição, para identificar as pessoas em situação de pobreza energética,

apoiando-as com ações adaptadas às suas necessidades.

A abertura de linhas de financiamento para medidas de eficiência energética, complementares ao financiamento público do estado central é outra recomendação para as autarquias.

O relatório apresenta ainda recomendações às agências de energia e de ambiente regionais e locais, que devem disponibilizar os seus conhecimentos técnicos sobre eficiência energética às comunidades, assim como às organizações não-governamentais e comunitárias, que devem usar a sua experiência no contacto com a população local para ajudar a divulgar os pontos de atendimento.

As instituições académicas e os centros de investigação podem produzir evidência científica e dar apoio nas fases de diagnóstico, planeamento e avaliação do impacto, enquanto as entidades do setor privado podem ajudar a manter, replicar e impulsionar os pontos de atendimento no sentido de evoluírem para novos modelos de negócio.

O projeto-piloto da Gulbenkian teve a parceria da Agência de Energia e Ambiente da Arrábida, do Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa e da Associação das Agências de Energia e Ambiente e bem como a colaboração dos municípios de Setúbal, Palmela e Sesimbra.

SETÚBAL

Cardeal pede ajuda financeira para instituições de apoio social

O cardeal Américo Aguiar afirmou que as instituições de apoio social da diocese de Setúbal “recebem anualmente cerca de 30 milhões de euros do Estado, mas precisam de arranjar mais 15 milhões para manterem as suas atividades”.

“Um problema que não podemos esquecer é que o custo da manutenção e do quotidiano destas casas é um custo que não é coberto totalmente por aquilo que é o apoio do Estado. Eu fui testemunha, várias vezes, da vontade do ex-primeiro-ministro António Costa de garantir os 50%, mas nós andamos nos 36% ou 38%. E isso significa que as instituições têm de providenciar o que falta”, disse o cardeal, atual bispo de Setúbal.

“As instituições que estão na tutela, na dependência ou no território da diocese de Setúbal, recebem quase 30 milhões de euros, mas têm que arranjar mais 15 milhões de

euros”, acrescentou o cardeal Américo Aguiar, advertindo para as dificuldades financeiras deste tipo de instituições.

O cardeal, que alertou para as dificuldades das Instituições depois de uma visita ao renovado Lar Acácio Barradas, classificou a visita como um sinal de “agradecimento, homenagem, gratidão pelo trabalho feito pela coragem de renovar e de inovar” da Misericórdia de Setúbal.

“Quem visita agora este lar Acácio Barradas fica surpreendido muito positivamente pelas respostas novas, pela luz direta, pela modernização dos serviços”, sublinhou Américo Aguiar.

Segundo o Provedor da Misericórdia de Setúbal, Cardoso Ferreira, o investimento global na requalificação do Lar Acácio Barradas foi de cinco milhões de euros, participado pelo Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).

“O Lar Acácio Barradas tem capacidade para 43 pessoas, das quais 32 com acordo de cooperação com a Segurança Social, e as restantes em regime particular, porque foi contraído um empréstimo significativo, que também tem de ser pago”, disse.

Segundo Cardoso Ferreira, a Misericórdia de Setúbal tem atualmente um total de 265 pessoas residentes em por quatro lares - Acácio Barradas, Paula Borba, Centro de Apoio a Idosos Dependentes (CAID) e Centro de Apoio à Terceira Idade (CATI).

Presta ainda apoio domiciliário a 110 pessoas e dispõe de uma clínica de medicina física e reabilitação, que atende em média cerca de 100 pessoas e garante cerca de metade dos tratamentos de fisioterapia dos hospitais de São Bernardo e do Outão, que integram a recém-criada Unidade Local de Saúde (ULS) de Setúbal.

«IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS EM PORTUGAL: CENTRAL DE BALANÇOS 2021»

Aumenta a percentagem de instituições com

Américo Mendes é o coordenador científico do estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal: Central de Balanços 2021», que a CNIS adjudicou à Universidade Católica- Centro Regional do Porto, apresentado em Lisboa pela CNIS. Desde 2017 que são apresentadas edições deste estudo que trabalha um conjunto de indicadores sobre a situação económica e financeira das IPSS calculados com base nas demonstrações financeiras de 1000 instituições de todo o país.

Américo Mendes é Professor Associado da Universidade Católica Portuguesa, onde coordena a Área Transversal de Economia Social (ATES), Américo Mendes é diretor das Pós-Graduações em Gestão de Organizações de Economia Social e em Gestão de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento.

É Doutorado em Economia pela Universidade do Arizona, EUA, tendo concluído a licenciatura na mesma área, com especialização em Planeamento do Desenvolvimento Regional e Urbano, na Universidades de Toulouse e de Aix-Marseille III, em França, em 1979.

Participou em projetos de investigação de nível nacional e internacional, nas áreas da Economia Social e da Economia Agrária e Florestal. Tem trabalhos científicos publicados (livros, capítulos de livros e artigos em publicações científicas nacionais e internacionais). É Membro do Conselho Económico da Diocese do Porto, desde Julho de 2018 e colabora como voluntário em várias organizações de economia social.

JORNAL SOLIDARIEDADE - Há algumas conclusões muito diferentes dos estudos anteriores?

AMÉRICO MENDES - Eu distingo duas componentes: uma estrutural e outra conjuntural. Nós já temos uma série de indicadores que vêm de 2016 até 2021, com este estudo, e depois brevemente, quando estiver pronto, o que está em curso para 2022, altura em que promulgaremos a série. É um período suficiente para nós termos a noção de que os valores dos indicadores que obtivemos nas primeiras edições destes estudos não eram conjunturais. Era algo estrutural que se tem mantido, na estrutura dos rendimentos das IPSS. Agora é mais do que claro que cerca de 28% desses rendimentos correspondem a mensalidades pagas pelos utentes, e, portanto, esse número não está a mexer muito. As IPSS têm de ir arranjar o resto: 40% da Segurança Social, 11% de outras entidades públicas, mais as contribuições voluntárias dos particulares, das empresas, e da sociedade civil, que são cerca de 6%, e depois mais, cerca de 10%, que são os rendimentos próprios das instituições, portanto, vendas de produtos que fazem, serviços secundários, etc. O que houve agora de conjuntural foram essencialmente os efeitos da pandemia, ou seja, houve alguma redução dos efeitos públicos das mensalidades e houve algum aumento das contribuições das entidades públicas e das contribuições voluntárias da sociedade civil, dos particulares, mas passada a pandemia, em 2021, as coisas voltam outra vez a regressar à

situação anterior.

É uma aproximação a 2019...

É, isso está muito claro nos números e nos gráficos. A percentagem de IPSS que têm resultados operacionais negativos andam à volta de 17 % e as que têm resultados líquidos negativos, portanto já com os impostos e com as amortizações, são 36%.

Onde é que está aqui o aspeto conjuntural?

Essas percentagens diminuíram até 2020, mas depois da pandemia nota-se um regresso aos níveis de 2019. Ainda não chegou lá, em 2021 a percentagem de instituições que tiveram resultados negativos ainda é inferior ao que era antes de 2019, mas nota-se que há um retomar da tendência para esses valores.

Outro dado fundamental é a natureza estrutural, aparece de forma consistente e nós já vamos na sexta edição: o peso elevadíssimo dos gastos com pessoal no total dos gastos das instituições, é cerca de 65%, depois a outra componente dos custos que vem em segundo lugar, vem muito longe, que é os fornecimentos e serviços externos, que é 20%. Tem vindo a aumentar o peso dos gastos com o pessoal nas instituições.

O financiamento público é, portanto, essencial para as IPSS...

A primeira componente destes estudos é sempre a central do balanço, ou seja, indicadores baseados nas demonstrações, portanto nos balanços e nas contas-resultados das instituições. Por mais esforço, competência e mais eficiência que possa haver na gestão destas instituições, o papel do financiamento público é absolutamente fundamental. Portanto, ele não pode desaparecer, não pode recuar, tem que ser corrigido e melhorado porque daí depende um pouco mais de 50% do rendimento total destas instituições, e não se pode, por mais campanhas, de angariação de fundos, ou como se diz agora, do fundraising, por mais profissionalização que se possa fazer, não se vai conseguir aumentar de um dia para o outro a participação voluntária da sociedade civil, das empresas e dos particulares no financiamento destas organizações. Estamos em níveis muito baixos, com 6%. E também os rendimentos próprios que as instituições podem gerar, também são cerca de 20%, se não estou em erro, e nem todas têm património e outros recursos para poderem vender de maneira a gerar esse tipo de rendimentos.

Porque é que o Estado tem de comparticipar em metade dos custos, como se comprometeu?

O sentido da central de balanço corresponde àquilo que toda a gente reconhece, sem qualquer resistência: o principal bem público que as IPSS produzem é contribuir para a coesão social, providenciando a pessoas que estão em situação de carência económica bens e serviços que são importantes para a vida delas, mas que elas não podem pagar a um preço que cubra o custo. Mas o fundamental é que as IPSS também produzem outros dois bens públicos muito importantes para



vivermos bem: reduzem as disparidades regionais, contribuindo para a coesão territorial e, especialmente depois da pandemia, também têm um papel muito importante na saúde coletiva. Nesta última edição do estudo acrescentamos dados, compilados a partir da carta social, que mostram que mais de 90% da capacidade e dos equipamentos da área da saúde, nas várias respostas sociais das IPSS e

resultados líquidos e operacionais negativos



Este estudo demonstra essas conclusões?

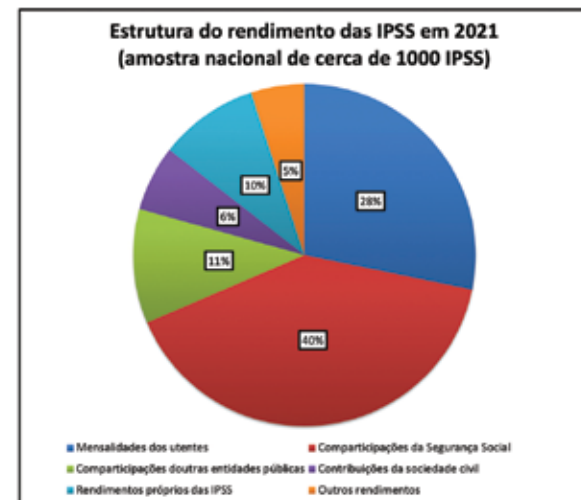
O bem público fundamental das IPSS contribuem para a coesão territorial, está bem ilustrado, já no primeiro estudo, naquele famoso multiplicador do rendimento local: quando uma IPSS, através de financiamentos sociais, nativos e outros recursos, capta para o seu território 1 euro, esse valor é multiplicado por mais de 4 na sua economia local. E há que ter em conta que em muitas partes do território, chamado Portugal de baixa densidade ou interior, onde o Estado não está ou está pouco e o setor social lucrativo também não está, são as IPSS que resistem. Estão em cerca de 70% das freguesias, naquele país onde não está mais ninguém, assegurando cuidados da saúde à sua população. E além disso, há ainda o peso das IPSS no emprego local, no emprego de cada concelho, onde são geradoras e mantêm emprego naquelas partes do país onde pouco mais entidades o fazem. Isto é um contributo muito importante para a correção territorial. A mensagem central que se tem vindo a querer fazer passar com estes trabalhos, atestando isto com os dados que vamos recolhendo é que as instituições cada vez mais têm este triplo papel de contribuir para mais coesão social, menos desigualdades regionais no nosso país e também um papel muito importante na saúde coletiva, especialmente da população cada vez mais idosa que vamos tendo e que iremos continuar a ter no futuro.

O facto de se ter passado para uma duplicação da amostra com 1000 IPSS, acabou por, mais do que clarificar, acabou por reforçar as grandes conclusões...

Não mudou nada de substancial. Já era previsível que isso acontecesse, mas de qualquer forma nós fizemos um esforço, e continuamos a fazer, para que o estudo seja o mais robusto possível. Com 1000 IPSS em 5000, que é o total nacional, continente, Açores e Madeira, é uma amostra robusta.

E em relação à qualidade da informação? No primeiro estudo houve problemas na obtenção da informação. Está resolvido?

Esse é um calvário que infelizmente continua. A senhora ministra devia dar ordens na Segurança Social para que possamos ter acesso direto às



contas que as instituições são obrigadas a manter. Isto está tudo numa base de dados à qual nós não temos acesso. Temos de andar no Google, na internet, ir aos sites das instituições e copiar manualmente as contas. Isto não faz sentido nenhum, mas não há outro método. Se houvesse acesso aos dados da Segurança Social os estudos estariam a sair a uma cadência mais rápida.

Este estudo refere-se a 2021...

Sim. As instituições precisam do seu tempo para elaborar, aprovar e validar as contas, mas também é preciso do lado de cá um tempo enorme para poder copiar as contas de mil instituições. É assim que esta bateria de indicadores se tem mantido constante e regular desde 2016.

Julgo que não será o papel deste estudo dar recomendações quer às IPSS quer aos governos, mas defende o modelo de solidariedade social que existe em Portugal por oposição à estatização ou à mercantilização...

Realmente, não sei se passei um bocadinho do meu papel, mas também sou cidadão e também tenho, e julgo que ninguém vai levar a mal por isso, tenho a minha opinião. Há alguma resistência de um lado e do outro. Uns acham que se deve reduzir o papel do Estado no financiamento público destas instituições e as IPSS são desafiadas a fazer mais pela vida, angariando recursos e aumentando o autofinanciamento; e há outros que acham que o Estado deve assumir um papel maior de prestador, não só de financiador, mas de prestador direto de serviços que atualmente são prestados pelas IPSS. Eu acho que nem um caminho nem outro são bons. Quando num país, numa sociedade, existe uma disponibilidade de muitos cidadãos que voluntariamente se organizam para ajudar o próximo, o resto da sociedade civil e do Estado só podem ajudar. O Estado não se pode demitir de cofinanciar, claro, regulando, contratualizando, com certeza, mas não se pode demitir. Eu já ouvi para aí algumas coisas nos últimos tempos, de quem tem responsabilidades neste setor, que não parecem ir por aí. E, em meu entender, é preocupante.

V.M.PINTO – TEXTO E FOTOS

das outras instituições com fins lucrativos ou estatais que estão nesta área, mais de 90% dessas respostas sociais da área da saúde estão nas IPSS. Portanto, elas são produtoras de serviços de saúde e contribuem para a melhoria da saúde coletiva. Portanto, não é só a coesão social, é também esse bem público muito importante, que é a saúde de nós todos.

PAULO PEDROSO*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*

Portugal está sem Estratégia para a Integração da Comunidade Cigana

No mês de junho Portugal foi visitado por uma delegação da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância do Conselho da Europa, que se debruçou, sobre a inclusão da comunidade cigana. O ponto do seu comunicado em que pediu às autoridades portuguesas que atuem de modo a garantir soluções duradouras de habitação segura e digna para as pessoas ciganas vivendo em condições precárias¹ foi amplamente noticiado.

Este comunicado, provavelmente muito influenciado pela visita da delegação ao Bairro das Pedreiras, em Beja, recorda-nos a precariedade das condições de vida da comunidade cigana e a urgência de combater a naturalização da existência de comunidades discriminadas e estigmatizadas.

O Conselho da Europa chamou a atenção para as questões da habitação. Mas poderia também ter-se debruçado sobre educação, o emprego ou a saúde. A ativação do Estado para promover a inclusão dos ciganos é diminuta, incoerente e intermitente.

Não devemos ser injustos para com algumas autarquias que têm um trabalho persistente de promoção da inclusão da comunidade cigana, como a de Torres Vedras. Mas também não devemos fechar os olhos quanto a que esse não é o padrão dominante nas relações entre as autarquias e a questão cigana.

O Estado central, por sua vez, continua a dar todos os sinais errados à sociedade quanto à questão cigana. A criação da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, em 2023 foi uma gigantesca oportunidade perdida, não apenas em relação à inclusão dos ciganos como também em relação ao combate ao racismo. O Governo optou então por manter no mesmo organismo a gestão das migrações, ou seja, o contacto da administração com os estrangeiros e o combate ao racismo, perpetuando a falsa associação entre etnias diferentes e interioridade/exterioridade face à comunidade nacional.

Acresce que, face à crise que o país vive na gestão das migrações, as questões de combate ao racismo acabam necessariamente secundarizadas numa AIMA assoberbada de trabalho.



Se dúvidas tivéssemos da perda de influência na agenda política do combate ao racismo, o estado da questão da integração da comunidade cigana desvanecê-las-ia.

Em 2013 Portugal aprovou pela primeira vez uma Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), para durar até 2020. A estratégia foi sumariamente revista em 2018 e prolongada a sua vigência por dois anos. Em 2023 foi de novo prorrogada, desta feita até ao fim desse ano, invocando a necessidade de uma avaliação externa independente antes de aprovar uma nova estratégia. Essa avaliação foi feita, mas parece nunca ter chegado à discussão pública. Pelo menos uma pesquisa pela página da AIMA e uma pesquisa subsequente pelo google não encontraram vestígios do seu relatório ou de qualquer iniciativa de discussão dos seus resultados.

O que é certo é que Portugal é no início de julho de 2024 um país sem estratégia para a integração da comunidade cigana. Como é um país com

reduzidíssima ação no combate ao racismo, à discriminação e ao ódio. A nossa inação face ao crime de ódio é, aliás, o outro tópico do comunicado resultante da visita da Comissão do Conselho da Europa.

As instituições portuguesas continuam banhadas em lusotropicalismo e embaladas pela ingénua – nas mãos de alguns, cínica – ideia de uma excepcionalidade portuguesa que nos imuniza do racismo estrutural. Mas ele vive nas condições de vida das pessoas discriminadas. A precariedade social da maioria da comunidade cigana testemunha-o.

Há, contudo, sinais de esperança em que algo possa mudar. No Dia Internacional dos Ciganos, o Ministro da Presidência, António Leitão Amaro, enviou uma carta às associações representativas da comunidade cigana em que disse ser fundamental a aprovação de uma nova Estratégia Nacional de Integração das Comunidades Ciganas e prometeu dialogar com essas associações para a concretizar. Veremos como passará das palavras aos atos.

¹ O comunicado do ECRI pode ser lido aqui <https://www.coe.int/en/web/european-commission-against-racism-and-intolerance/-/council-of-europe-anti-racism-commission-to-prepare-report-on-portugal>

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

Verdes anos

Entrei no liceu em 1962, com 10 anos, e dele saí em 1969, no fim do 7º e último ano - no Liceu Alexandre Herculano, no Porto, que era só para rapazes, que então constituía o único estabelecimento de ensino secundário masculino que existia na zona oriental do Porto e que acolhia também os alunos dos concelhos da parte mais oriental do Distrito.

Tive colegas de liceu que vinham todos os dias de Amarante, de Baião, de Penafiel ou de Paredes, ou mais perto, de Vila Nova de Gaia, para assistirem às aulas.

Ou de Valongo, como era o meu caso, de morador em Ermesinde, desse município.

Havia outro Liceu masculino, o D. Manuel II - também designado, durante a República, e após o 25 de Abril, por Rodrigues de Freitas, restituindo a conotação republicana e removendo a referência ao último Rei de Portugal.

E havia dois liceus femininos - o Rainha Santa Isabel, nas imediações do Alexandre Herculano; e o Carolina Michaelis, junto ao D. Manuel II.

Tal organização da população estudantil, a partir dos 10 anos de idade, e até aos 17, era simples e linear: rapazes para um lado, raparigas para outro.

E alunos, poucos ...

Todavia, sendo da norma essa separação forçada entre os dois sexos, que razão movia as autoridades do País a colocar os liceus femininos tão perto dos masculinos, dando com uma mão o que tiraram com a outra e estabelecendo uma espécie de zona de transição em que, devidamente vigiados, rapazes e raparigas faziam o que sempre fizeram para se encontrarem e conhecerem, desde que o mundo é mundo?

Não pretendo aqui fazer a apologia desse modo simples de organização social.

A expansão e democratização do ensino como um direito universal, que verdadeiramente teve início ainda antes do 25 de Abril, com a chamada Reforma Veiga Simão, veio alargar a rede de estabelecimentos, criando pelo menos uma escola preparatória e uma escola secundária em cada concelho, permitindo a todas as crianças o acesso ao sistema de ensino subsequente à escola primária e dando assim a todos a possibilidade de, segundo os seus méritos, e independentemente dos recursos da família, terem idênticas oportunidades.

Não teria sido porventura necessário desbaptizar os liceus, renomeando-os "escolas

secundárias", numa cedência fácil a um populismo "avant la lettre".

Senti como uma ofensa pessoal terem passado o Liceu de Alexandre Herculano a Escola Secundária Alexandre herculano.

Embora a designação de Liceu Alexandre Herculano permaneça orgulhosamente no cume da fachada principal do edifício, tal como quando o frequentei e que revisito sempre que vou votar em eleições - já que é nesse meu velho Liceu que funciona a minha Secção de Voto.

2 - Mas não era a este rememorar de saudade que eu vinha nesta crónica.

Veio-me à lembrança o Liceu porque foi lá que aprendi a falar francês.

E, hoje, 7 de Julho, dia da 2ª volta das eleições legislativas, todos somos mais ou menos franceses.

Quando andei no liceu, não estava na moda o inglês, hoje língua universal e utilizada a propósito e a despropósito.

Não! Em Portugal, nos liceus, a língua principal era o francês - que aprendíamos do 1º ao 5º ano, como currículo obrigatório, enquanto a aprendizagem do inglês só se iniciava no 3º ano e durava até ao 5º ano - final do 2º ciclo do ensino secundário.

Em cinco anos, com várias aulas por semana, aprendíamos muito: a perceber a língua, a falar e a escrever: e ficávamos a conhecer a França, com a minúcia com que é possível aprender pelos livros.

A Geografia de Portugal não era muito mais amplamente estudada do que a Geografia de França, já que os livros de texto tinham como temas a organização territorial, as paisagens, as Instituições, as tradições e até a gastronomia francesas.

A predominância do francês no sistema de ensino correspondia a uma tradição de ligação privilegiada a França por parte das elites portuguesas.

A Revolução que em 1820 reformou a Monarquia em Portugal, segundo o modelo constitucional liberal, fazendo cessar o poder absoluto do monarca, é tributário da Revolução Francesa, que, em 1789, removeu a instituição monárquica.

Essa influência foi, à época, de tal sorte e a adesão das elites ao ideário da "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" de tal força que, mesmo quando os exércitos de Napoleão invadiram Portugal, entre 1807 e 1810, muitos dignitários

lusos se bandearam para o lado do invasor, chegando mesmo a formar-se batalhões de soldados e oficiais portugueses para engrossar os exércitos do Imperador, nas campanhas de invasão e conquista que empreendeu noutras partes da Europa.

E, nos finais do século XIX, quem não reconhece a influência da cultura francesa nos "Vencidos da Vida" e a filiação intelectual de Eça de Queiroz?

Basta ler "Os Maias" - o grande retrato do Portugal oitocentista -, ou lembrar o cenário da residência de Jacinto, o "Príncipe da Grã-Ventura", no 202 dos Campos Elísios, para concluirmos que a época de ouro do romance de costumes portugueses muito deve à tradição e influência francesa.

3 - Hoje isso mudou: tanto quanto me dizem, a disciplina de francês é opcional - e poucos alunos a escolhem para o currículo escolar.

O ensino de francês está à beira da extinção.

Mas, no que me diz respeito, a minha aprendizagem de outros mundos, para lá do que me cercava, foi largamente matriciada pela lição francesa.

Formei-me literariamente com Baudelaire, Rimbaud, Lautréamont e Éluard - e o surrealismo francês em geral; mais do que os Beatles, ouvia Françoise Hardy; e, no tempo sem fim da adolescência, não deixei de acompanhar o desenrolar do Maio de 1968 e o papel dos intelectuais, como Sartre e Beauvoir, nos movimentos sociais.

Ainda hoje, e como é próprio da minha geração, convertida do esquerdismo juvenil ao cânone democrático-liberal, reconheço-me em regra nas análises que sobre a situação política vão publicando Bernard-Henri Lévy e Edgar Morin.

É na triade emblemática da Revolução Francesa - Liberdade, Igualdade, Fraternidade - e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que se fundam as democracias modernas, sob as quais gostamos de viver.

Não se pode chamar democrático a um regime em que qualquer um desses valores é afrontado.

Acabo a crónica sob a jubilosa notícia de que a extrema-direita francesa, racista, foi novamente derrotada pela democracia do voto soberano.

Trata-se de uma boa notícia a fechar a semana - para todos; mas especificamente para os nossos compatriotas com dupla nacionalidade, franco-portuguesa, que não terão de renunciar a uma delas - como eram ameaçados.

MARIA JOÃO QUINTELA NA COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

As IPSS não podem ser o despejo das pessoas em internamento social nos hospitais

A dirigente da CNIS Maria João Quintela, acompanhada pela assessora da Direção Filomena Bordalo, considerou que os hospitais estão “desejosos” de enviar os internamentos sociais para as instituições, que “não podem ser o despejo” dessas pessoas que permanecem internadas após terem alta.

A vogal da Direção falava na comissão parlamentar de Saúde a pedido do PS, uma audição que decorreu na sequência da apresentação do último barómetro, promovido pela Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, divulgado no final de maio, e que indicou que os hospitais do Serviço Nacional de Saúde tinham, em 20 de março, 2.164 camas ocupadas com internamentos sociais, mais 11% face ao mesmo período de 2023.

“Os hospitais estão desejosos de mandar as pessoas para as instituições, mas as instituições também não podem ser o despejo dos hospitais, nomeadamente, se não tiverem condições para isso”, sustentou Maria João Quintela, sublinhando que estes doentes, após receberem alta hospitalar pela razão que levou ao seu internamento, “levam as comorbilidades” de que sofrem para as instituições que os acolhem, continuando a necessitar de cuidados em várias áreas.

O estudo estimou ainda um total de mais de 378 mil dias de utentes internados inapropriadamente, ou seja, todos os dias que um doente passa



no hospital quando já tem alta clínica e não existe um motivo de saúde que justifique a sua permanência em ambiente hospitalar.

Estas pessoas “saem da situação aguda – e podem sair bem tratadas –, mas levam consigo situações crónicas que depois precisam de cuidados”, salientou a dirigente da CNIS, para quem é necessário refletir sobre se os hospitais também estão preparados para ter uma população cada vez mais envelhecida.

“Será que o paradigma hospitalar é suficiente,

porque chegam-nos pessoas que ainda precisam de cuidados, não digo hospitalares de internamento, mas de continuidade”, questionou Maria João Quintela, recordando que 20% da população portuguesa tem 65 ou mais anos.

Como uma das eventuais soluções para a questão dos internamentos sociais, a dirigente da CNIS apontou que um “caminho possível” passa pelo financiamento de projetos acordados entre as diversas entidades.

“Dependemos da articulação entre a Saúde e a Segurança Social. Não somos nós que mandamos nessa articulação e, se não existir, as instituições particulares de solidariedade social andam de um lado para o outro”, alertou.

Maria João Quintela realçou também que estas instituições não devem ser vistas “apenas como cumpridoras de uma série de alíneas administrativas”, mas sim como promotoras de uma humanização em todo o território nacional que é realizada em proximidade.

À data da recolha dos dados do barómetro, os internamentos sociais tinham um custo de mais de 68 milhões de euros para o Estado, um valor superior aos 52 milhões de euros em março de 2023, indicou o documento, que, ao extrapolar este cenário para o conjunto do ano, chegou a um impacto financeiro estimado superior a 260 milhões de euros.

«VIVÊNCIAS DA SEXUALIDADE, AFETOS E RELAÇÕES DE INTIMIDADE NA PRESTAÇÃO DE CUIDADOS»

CNIS promove seminários em Aveiro e no Fundão

A CNIS vai promover dois seminários sobre «Vivências da sexualidade, afetos e relações de intimidade na prestação de cuidados – o caso das pessoas com deficiência e o caso das pessoas mais velhas apoiadas pelas IPSS», respetivamente nos dias 23 de julho e 19 de setembro de 2024.

Dia 23 de julho, o seminário decorrerá no Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, enquanto o de dia 19 de setembro acontecerá no Casino Fundanense, no Fundão, com ambas as sessões a iniciarem às 9h30.

O programa para os dois seminários é igual, a saber:

9h30 - Receção dos participantes e café de

boas-vindas

10h00 - Sessão de abertura

10h30 - Sessão plenária

▪ Intervenção de enquadramento e moderação

▪ Autodeterminação e respeito pela diversidade na expressão da sexualidade nas pessoas mais velhas

▪ O papel da saúde na sexualidade, afetos e relações de intimidade das pessoas mais velhas

▪ Autonomia, consentimento e alterações cognitivas

12h00 - Debate

13h00 - Pausa para almoço

14h30 - Sessão 1

Sessões paralelas:

▪ Sexualidade, afetos e relações de intimidade nas respostas residenciais – o envelhecimento e a privacidade

▪ Formação dos profissionais

16h00 - Sessão 2

Sessões paralelas:

▪ Sexualidade, afetos e relações de intimidade nas respostas residenciais – o envelhecimento e a privacidade

▪ Formação dos profissionais

17h30 - Sessão plenária: conclusões e encerramento.

BRAGANÇA - FESTA E CHAMA DA SOLIDARIEDADE 2024

CNIS reuniu com autarcas da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes

O presidente adjunto da CNIS, Eleutério Alves, e a presidente da UIPSSD Bragança, Paula Pimentel, estiveram na CIM-TTM (Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes), em Miranda do Douro, a apresentar a Festa e Chama da Solidariedade 2024 aos presidentes das câmaras municipais do distrito.

Segundo Eleutério Alves disse, ao jornal Solidariedade, “houve disponibilidade de todos para receberem a Chama e participarem na

Festa da Solidariedade”.

A Festa da Solidariedade 2024 apresenta como grande novidade a sua realização a uma sexta-feira (dia 27 de setembro), em Bragança, junto à Sé, no sentido de poder contar com uma maior participação das IPSS locais.

Entre os dias 23 e 26 de setembro, a Chama da Solidariedade percorrerá todos os concelhos do distrito até chegar a Bragança para iluminar a Festa.



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. TIAGO DE URRÁ, PORTALEGRE

Inaugurada nova unidade de cuidados continuados para 73 utentes

O Centro Social Paroquial de São Tiago de Urrá, concelho de Portalegre, inaugurou uma unidade de cuidados continuados, um investimento de 11,5 milhões de euros, que contou com a presença do primeiro-ministro, Luís Montenegro.

A nova unidade de cuidados continuados tem capacidade para 73 utentes, prevendo-se a criação de 80 postos de trabalho.

Edificada em Urrá, freguesia rural de Portalegre num terreno de sete hectares junto ao edifício-sede da instituição, o novo equipamento foi financiado em 85% por fundos comunitários, sendo a restante verba, segundo o presidente da instituição, o pároco Marcelino Marques, oriunda de “capitais próprios e de mecenas”.



O Centro Social Paroquial de São Tiago de Urrá inclui atualmente uma estrutura residencial para idosos, centro de atividade de tempos livres e unidades de longa

duração e convalescença, com um total de 130 utentes.

A instituição presta ainda serviços de apoio ao domicílio e centro de dia a 30 utentes, fornecendo também diariamente 160 refeições a três escolas do pré-escolar e primeiro ciclo.

O centro social, de acordo com Marcelino Marques, conta com 150 funcionários.

A instituição tem ainda em curso uma outra obra, no valor de um milhão de euros, inserida no Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos (PARES), para acolher 21 utentes em regime de lar.

A CNIS esteve representada pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Carlos Batalha.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS, VILA NOVA DE FAMALICÃO

40º aniversário assinalado com a conferência «Os desafios constantes das IPSS»

“Os desafios constantes das IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social na atualidade” foi a temática abordada na conferência promovida pela Associação de Moradores das Lameiras (AML), Vila Nova de Famalicão, no âmbito das comemorações do 40º aniversário da instituição.

A conferência decorreu, no passado dia 21 de maio, no auditório da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Famalicão e teve como principais palestrantes Jorge Faria, presidente da Associação de

Moradores das Lameiras, padre Lino Maia, presidente da CNIS, padre José Antunes, presidente da UDIPSS Braga, João Ferreira, diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Braga e ainda Ademar Carvalho, chefe de Divisão da Ação Social da Câmara de Vila Nova de Famalicão.

A iniciativa congregou mais de uma centena de participantes entre dirigentes, técnicos e pessoas ligadas às instituições sociais do distrito de Braga, tendo o presidente da Direção da AML considerado que “foi uma oportunidade de todos,

em conjunto, perspetivar novas estratégias para o futuro”.

Ainda no âmbito das comemorações do aniversário, no dia 24 de maio, a AML realizou um jantar para comemorar os 40 anos da Associação com a participação de dirigentes, colaboradores, alguns parceiros e entidades que, ao longo dos anos, trabalharam juntos em prol desta associação.

Para sinalizar os 25 anos de presidência, Jorge Faria foi surpreendido com uma homenagem promovida pelos trabalhadores.

SANTA CASA DA MISERICÓDIA DE GAIA, VILA NOVA DE GAIA

Celebração dos 95 anos é momento de “renovação e fortalecimento”

A Santa Casa da Misericórdia de Gaia celebrou, no passado dia 26 de junho o seu 95º aniversário, num evento que decorreu no Pavilhão Joaquim Oliveira Lopes, na cidade de Vila Nova de Gaia.

Na presença da secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, o provedor da Misericórdia de Gaia, Manuel Moreira, enfatizou a importância da celebração, “não só como um marco histórico, mas também como um momento de renovação e fortalecimento” da instituição.

O provedor sublinhou a urgência em garantir

a sustentabilidade da instituição, mencionando a importância de reforçar financeiramente os acordos de cooperação com a Segurança Social, bem como a diversificação das fontes de financiamento, através da requalificação do património habitacional.

Por seu turno, a secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão reafirmou “o compromisso do governo em apoiar as instituições sociais”.

“Estas instituições nunca falham com as pessoas e, portanto, o Estado não pode falhar com as instituições. E eu assumo perante vós que pretendo ser sempre a voz dos anseios que

as instituições vivem. Este Governo quer reconhecer efetivamente o papel das instituições e das suas ações”, sustentou a governante.

Pela CNIS esteve a dirigente Maria José Miranda, também presidente da UDIPSS Porto, que elogiou a dimensão e a missão da Misericórdia de Gaia.

“A Misericórdia de Gaia é uma instituição extremamente importante pela dimensão e missão, o que é um desafio. A Misericórdia de Gaia, com tanto património e tantas respostas sociais, tem um desafio notável para manter sempre a qualidade a que nos habituou”.

UDIPSS VIANA DO CASTELO

Filomena Araújo reconduzida na presidência para o quadriénio 2024-2027

Realizada a Assembleia Geral Eleitoral, no passado dia 4 de abril, as associadas da UDIPSS de Viana do Castelo reconduziram na presidência da UDIPSS Filomena Araújo, que abraça o quadriénio 2024-2027 com uma equipa praticamente nova.

Os novos órgãos sociais da UDIPSS Viana do Castelo são:

Assembleia Geral

Presidente - José Castro Monteiro (Gabinete de

Apoio à Família); 1º Secretário - Alexandre Manuel Martins (Centro Social Paroquial de Areosa); 2º Secretário - António Pereira Morgado (Congregação Nª Senhora da Caridade).

Direção

Presidente - Maria Filomena Araújo (APCVC); Vice-presidente - Vasco Amorim Araújo (Centro Paroquial e Social de Lanheses); Secretária - Luísa Esteves (Centro de Bem-Estar de Seixas);

Tesoureiro - Augusto Gonçalves Parente (Lar de Santa Teresa); Vogal - Isabel Morais Freitas (ASRAR Valença).

Conselho Fiscal

Presidente - Ivone Rego (Centro Social e Paroquial de Areosa); 1º vogal - Valdemar Martins Fernandes (Patronato de Nossa Senhora Bonança); 2º vogal - Jorge Gonçalves Esteves (Centro Social e Paroquial de Reboreda).



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N° 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF: 210 420 005 / 210 420 808
FAX: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

SAÚDE

Despesa corrente aumentou 4,7 por cento

A despesa corrente em saúde aumentou 4,7% em 2023, atingindo cerca de 26,55 mil milhões de euros, segundo estimativas do INE, que apontam como contribuição para este crescimento a atividade dos hospitais públicos e privados e consultórios e clínicas privadas.

Segundo a Conta Satélite do Instituto Nacional de Estatística (INE) 2023, o valor da despesa corrente em saúde, de 26.559,6 milhões de euros (2.574,2 euros 'per capita'), equivale a 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com os dados preliminares, a despesa corrente pública (variação de 3,7%) e privada (6,6%) continuou a aumentar devido ao crescimento da atividade dos hospitais públicos e privados e dos prestadores privados de cuidados de saúde em ambulatório, como consultórios médicos e de medicina dentária e clínicas médicas com várias especialidades.

Em 2022, a despesa corrente em saúde tinha subido 5,6%, totalizando 25,37 mil milhões de euros, correspondendo a 10,5% do PIB e a 2.463,4 euros 'per capita', refere o INE,

indicando que "a continuação da recuperação da assistência não covid-19 iniciada em 2021 foi a principal causa para esta evolução".

Neste ano, a despesa corrente pública representou 64,8% da despesa corrente, menos 0,4 pontos percentuais (p.p.) que em 2021 (65,2%), segundo os dados do INE que são finais para o ano 2021, provisórios para 2022 e preliminares para 2023, sendo estes últimos elaborados com base em informação disponível até ao final de abril de 2024.

Para 2023, o INE estima que o peso relativo da despesa corrente pública continue a diminuir (-0,6 p.p.) em consequência do crescimento inferior ao da despesa corrente privada.

Refere ainda que em 2023 a despesa corrente pública terá aumentado 3,7%, "refletindo, principalmente, o aumento dos custos com o pessoal dos prestadores públicos".

"Nesse ano, a forte redução da despesa com o processo de vacinação covid-19 e com os testes COVID-19 (realizados nas farmácias e laboratórios) teve um efeito negativo na evolução da despesa pública", sublinha o INE.

Segundo a conta satélite, a despesa corrente privada terá crescido 6,6% em 2023 devido ao incremento da atividade assistencial dos prestadores privados, nomeadamente dos hospitais e dos prestadores de cuidados de saúde em ambulatório.

A despesa dos hospitais públicos cresceu 7,8% em consequência do aumento no consumo intermédio (produtos farmacêuticos, material de consumo clínico e outros) e dos custos com pessoal (contratações, reposicionamentos nas carreiras e outros).

De acordo com o INE, "estes aumentos refletem, nomeadamente, a integração do Hospital de Loures E.P.E. no universo dos hospitais públicos, que tinha sido gerido em regime de parceria público-privada até 18 de janeiro de 2022".

Comparativamente com os 22 Estados-membros da União Europeia com informação disponível, Portugal registou em 2022 a 11.ª maior subida da despesa corrente em saúde (5,6%) e ocupou a 6.ª posição no ranking dos países com maior peso no PIB (10,5%).

TSR Excelência e Experiência desde 1995

Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.



Mais de
900 parcerias
de sucesso

Mais de
40 soluções
personalizadas

Compromisso com a satisfação
total e suporte dedicado

Descubra a diferença
com uma demonstração
gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

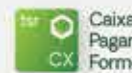
Acesso em qualquer lugar
e informações interligadas



**Plataforma Integrada
WEB**



Utentes



Caixas e
Pagamentos e
Fornecedores



Bancos



Qualidade
3ª Idade



Rendas



Qualidade
Infância e
Juventude



Associados
Irmãos



tsr
sistemas de
informação

+351 253 408 326
+351 939 729 729
tsr@tsr.pt

saiba mais em tsr.pt



MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Pobreza em Portugal é imprópria de um país do primeiro mundo

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Rosário Palma Ramalho, disse em Coimbra que a pobreza assume em Portugal índices impróprios num país do primeiro mundo. “A pobreza é um problema real em Portugal que, aos níveis em que está, é dificilmente admissível num estado formalmente de primeiro mundo”, afirmou aos jornalistas.

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social fez estas declarações no final da intervenção na abertura do II Congresso Presente e Futuros(s) da Segurança Social, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC).

“A Segurança Social tem futuro porque temos um pacto intergeracional que obriga a que tenha futuro”, assegurou a ministra, embora admitindo que “a sustentabilidade é um problema que tem de ser abordado”.

“Temos de ir lá por outras vias”, defendeu Rosário Palma Ramalho, o que, na sua opinião, permite afirmar que a Segurança Social “se

calhar não tem futuro, tem futuros”, apesar de enfrentar dificuldades.

Garantir a sua sustentabilidade, “passa por um conjunto de medidas diversas que permitem preencher algumas dificuldades”, adiantou a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Antes, ao usar da palavra no grande auditório do Colégio da Trindade, salientou a importância de “compatibilizar as várias fontes possíveis” no financiamento da Segurança Social.

Por outro lado, Rosário Palma Ramalho chamou a atenção “para o fenómeno da pobreza” em Portugal, onde existem atualmente cerca de 2,1 milhões de pessoas em risco de pobreza, mesmo sendo contempladas pelos apoios de ordem social.

“Isto é terrível”, num país cuja taxa de risco de pobreza “recuou muito pouco” nas últimas décadas, sendo por isso “urgente que a Segurança Social torne a sua ação eficaz” nesta área.



SEM-ABRIGO

Estratégia Nacional tem que contar com as autarquias

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social disse no Porto que o Governo está a trabalhar a estratégia nacional dos sem-abrigo numa perspetiva de proximidade com as autarquias, citando o Porto como um bom exemplo.

“O Porto é um belíssimo exemplo do que está a ser feito por uma autarquia” no que se refere ao trabalho que tem vindo a fazer junto dos sem-abrigo “e, portanto, a minha vinda aqui também é uma mensagem de articulação”, afirmou Rosário Palma Ramalho.

A ministra que falava aos jornalistas no final de uma reunião na Câmara do Porto e de uma visita ao Centro de Acolhimento Temporário Joaquim Urbano, de gestão municipal, referiu que “há vários entendimentos sobre a metodologia melhor a adotar (para lidar a realidade dos sem abrigo) e sobre as sinergias que se irão desenvolver”.

“Temos que ser flexíveis, temos que estar próximos das populações e isso passa necessariamente por esta articulação com as autarquias”, realçou.

Rosário Palma Ramalho contou que o presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, solicitou uma melhor articulação nesta área e é, nesse sentido, que leva “um caderno de encargos” porque “este Governo não está interessado em desenvolver soluções de cúpula, para que as instituições e os vários territórios tenham que adaptar”.

“Está interessado, sim, em desenvolver

situações de proximidade e, portanto, o caderno de encargos que levo daqui decorre de necessidades específicas deste município e daquilo que tem sido o trabalho deste município”, sustentou a ministra, acompanhada pelo presidente da Câmara do Porto.

Aos jornalistas, Rui Moreira disse esperar que “este Governo olhe para a questão dos sem-abrigo, não tanto em termos de anúncios, mas mais em termos daquilo que é a ligação ao território, porque os municípios, (...) podem fazer mais e melhor”.

Em seu entender, “o que é preciso é passar daquilo que são anúncios, muitas vezes um bocadinho bizantinos, àquilo que é prática” das pessoas que ali trabalham.

“Estas pessoas que aqui trabalham conosco, muitas vezes olham para aquilo que são os anúncios bizantinos e não percebem”, disse.

“Tenho a certeza que a senhora ministra e a senhora secretária de Estado, depois do que aqui viram, percebem o que é que nós estamos a fazer, que cada município também tem uma estratégia um pouco diferenciada, porque a realidade é diferente. Nós não temos a mesma realidade de Lisboa e não temos a mesma realidade de Beja. São realidades completamente diferentes”, acrescentou.

Rui Moreira lembrou ainda que o município pretende criar no local do antigo Hospital Joaquim Urbano “um campus

social com outras valências, reforçar esta valência e alargar a outras”, nomeadamente a criação de um centro de saúde.

“Há uma parte que está prevista no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e temos que avançar com isso rapidamente”, disse.

E acrescentou: “Vamos ter aqui um conjunto de habitações sociais e gostaríamos de poder alargar as valências que aqui temos. Compreendemos que estas coisas não dependem da senhora ministra nem de mim, mas não deixamos de referenciar essa matéria e também de explicar o que é e qual tem sido a nossa estratégia junto da população sem-abrigo e não só”.

Parte das instalações do antigo Hospital Joaquim Urbano estão cedidas à Câmara do Porto, a título de comodato, pelo Centro Hospitalar Universitário de Santo António para o desenvolvimento de um Centro de Acolhimento Temporário para 40 pessoas em situação de sem-abrigo, Centro de Emergência Social para 30 pessoas, cozinha centralizada da rede de restaurantes solidários municipais, oficinas e equipa de animação e integração, entre outras valências.

Segundo a autarquia, aguarda-se autorização de utilização de um bloco, do Ministério das Finanças, “há mais de um ano”, para a abertura de uma Estrutura Residencial de Baixo Limiar, financiada pelo PRR.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Dívidas públicas ou uma trajetória insustentável

As dívidas públicas estão atualmente em níveis que historicamente eram coincidentes ou subsequentes a períodos de guerra.

Os Estados Unidos tinham em 1945 uma dívida de 112% do PIB e o Reino Unido, à saída da guerra, registava um ratio de 270%. Atualmente os estados Unidos devem 123% do PIB e o Reino Unido 101,3%.

Um pouco por todo o lado vemos o crescimento das dívidas públicas que, em parte, se explica pela necessidade de combater os efeitos da crise financeira de 2008/2009 e pelos gastos com a pandemia da covid19. Trata-se de uma justificação parcial porque antes da crise financeira e da pandemia a tendência já era genericamente para dívidas públicas em crescendo.

No início dos anos 80 do século XX as economias de capitalismo avançado, com algumas poucas exceções tinham dívidas não muito longe, nalguns casos mesmo inferiores, a 50%. Uma das notáveis e trágicas exceções era a Itália, a qual, passado quase meio século, ainda não se livrou do problema.

Olhando para as economias ibéricas vemos pontos de partida diversos. À saída dos anos 80 Portugal tinha um ratio de dívida sobre PIB próximo dos 60% enquanto Espanha ostentava um registro imaculado de 42%.

Quando, no início dos anos 90, os pais fundadores do euro lançavam as fundações da que viria a ser a união económica e monetária, sentiam-se confortáveis em fixar o teto da dívida pública sobre o PIB nos regulamentares 60%. É certo que havia a exceção italiana, mas o objetivo parecia atingível.

Hoje a pintura é completamente diferente. Duvido que se o tratado de Maastricht fosse negociado nos nossos dias, ocorresse a alguém propor um máximo nos mágicos 60%. A segunda, terceira e quarta economias do euro, ou seja, França, Itália e Espanha, têm hoje dívidas públicas superiores a 100% do PIB. Quanto a Portugal tem feito uma trajetória notável e, em 2023, conseguiu, com alguma criatividade, um registro oficial que, à justa, é certo, nos livra do indesejável clube dos 100%+.

A última perspetiva do World Economic Outlook, do FMI, datada de abril deste ano, vê, com poucas exceções, a situação a agravar-se até 2029. Entre as exceções estão a sempre exemplar Alemanha e, curiosamente, Portugal.

De facto, a perspetiva é dantesca e tudo aponta para o agravamento dos balanços dos estados.

Começemos pela guerra e pelas suas consequências. Os orçamentos de defesa terão de engordar. A ameaça da Rússia já não é do domínio

da retórica – é uma ameaça real. Que o diga a Ucrânia!

Mesmo num cenário benigno, em que no prazo de um ou dois anos, se encontra uma qualquer solução para silenciar as armas na Ucrânia, as despesas militares vão crescer significativamente porque será sempre necessário construir uma força suficientemente impressionante para dissuadir qualquer nova veleidade agressiva da Federação Russa.

Temos depois a emergência climática e a transição energética. Para um cenário de net zero em 2050 o mundo teria de duplicar o investimento em energia até 2030, ou seja, qualquer coisa como 2 triliões (milhões de milhões) de dólares de investimento adicional no final do período.

Claro que a esmagadora maioria do investimento em energia será financiado por privados. No entanto, calcula-se que 30% do investimento envolvido na transição energética terá de ser financiado pelos estados.

As tendências demográficas são outro fator de degradação dos balanços públicos. Vivemos cada vez mais tempo, mas muito do tempo adicional que vamos vivendo depende de constantes e cada vez mais dispendiosos cuidados de saúde. A pressão sobre os sistemas públicos de saúde é cada vez maior e as contas dos estados ressentem-se inevitavelmente.

Para ajudar à festa foi necessário aumentar as taxas de juro com vista a debelar uma crise inflacionária que começou autonomamente em 2021, mas foi exacerbada com as consequências da guerra na Ucrânia. As contas dos juros dispararam e acresceram aos deficits públicos que, obviamente, engordaram.

Agora temos a ameaça política. Os populismos de direita estão em ascenso um pouco por toda a parte, mas em particular na Europa.

Escrevo já depois da vitória da extrema direita em França na primeira volta das legislativas. Não sabemos o resultado da segunda volta, contudo, o melhor que podemos esperar agora é um parlamento em que a extrema direita não tem maioria absoluta e o governo fica dependente de arranjos pontuais de votos entre as diferentes forças políticas representadas na Assembleia Nacional. Como ainda faltam três anos para a próxima eleição presidencial, podemos imaginar como será penoso o que resta do segundo mandato de Emmanuel Macron.

Seja como for, mesmo no melhor cenário, os dois maiores partidos franceses não primam propriamente por responsabilidade orçamental. Nem a extrema direita nem a aliança das esquerdas têm no seu programa resolver o tema

do deficit e da dívida, pelo contrário, as suas propostas eleitorais apontam para um ainda maior agravamento do balanço do estado francês com consequências que nem sequer é fácil imaginar.

Como é que sai disto?

Não há, obviamente, respostas fáceis.

Até agora a vigilância dos mercados tem sido particularmente complacente. Se excluirmos a breve erupção de prometida irresponsabilidade orçamental de Liz Truss, primeira ministra britânica que os mercados varreram do número 10 de Downing Street em poucas semanas (a mais breve permanência de um primeiro ministro na história britânica), não encontramos vigilância apertada pelos mercados.

É estranho! Com a situação atual e com o que podemos antecipar a prazo de cinco anos, os mercados deveriam estar a enviar sinais muito claros aos governos que responsabilidade (já!) é necessária.

Ignoro o que justifica esta extraordinária complacência dos mercados. Talvez queiram acreditar que os bancos centrais vão resolver o problema de novo comprando, mais uma vez, doses maciças de dívida pública.

Não estou certo que a experiência que o mundo viveu nos anos que se seguiram à crise financeira e, depois, à pandemia seja repetível nem acredito que seja desejável que se repita. Voltar a taxas de juro negativas ou injetar montanhas de liquidez nas economias só pode dar mais do mesmo que hoje nos aflige: preços dos ativos (casas de habitação incluídas) fora de qualquer medida razoável, desigualdade crescente (mais achas para a fogueira populista) e alocação de recursos completamente retorcida.

Porventura o caso mais complicado é o caso americano. Também por lá a putativa vitória de Donald Trump nas próximas eleições vai aumentar ainda mais a pressão sobre o deficit e a dívida. Um belo dia acordaremos com os vigilantes dos mercados a dizer basta. Acontece que o mercado de dívida americano é o maior e mais líquido do mundo e é a âncora de muito que se passa fora da América.

Se der para o torto na América, apanhamos todos!

Sabemos como estas coisas se resolveram no passado com muito poucas exceções: ou a santa inflação a pagar a dívida ou longos períodos de repressão financeira pela autoridade do estado.

Esperemos não chegar aí!



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚚

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
UISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Fica para a próxima...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

CASAMENTOS INFANTIS, PRECOCES E FORÇADOS

850 jovens entre os 16 e os 18 anos casaram entre 2017 e 2023

Quase 850 jovens entre os 16 e os 18 anos casaram entre 2017 e 2023, um fenómeno que afeta sobretudo raparigas e que é permitido apesar das recomendações por parte de organismos internacionais para que Portugal o impeça.

Os dados são do Ministério da Justiça, mas foram divulgados na rede social Instagram da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJ), no âmbito do projeto “Abordagem Intercultural para Prevenir Práticas Nocivas”.

As estatísticas mostram que, nestes sete anos, o Ministério da Justiça registou 840 casamentos em que o noivo ou a noiva eram menores.

Segundo o IAPHP, “normalmente, é a noiva que é menor” e acrescenta que “em 2021, 74% dos menores que se casaram eram raparigas”.

Dos dados divulgados é possível constatar que, ano após ano, os números vão aumentando consecutivamente - com exceção para 2020, que coincide com a pandemia provocada pela covid-19 - e que, em média, todos os anos casam 120 jovens com idades entre os 16 e os 18 anos.

Em 2017, houve registo de 113 casamentos em que um dos noivos era menor de 18 anos, número que aumenta para 124 em 2018 e para 135 em 2019.

Já em 2020, o movimento é descendente, com 79 casamentos, o que representa uma diminuição de 41,5%, que poderá ser explicada pelo encerramento de grande parte dos serviços públicos com atendimento presencial, na sequência da pandemia de covid-19.

No ano seguinte, o número de casamentos volta a aumentar e são registados 130, valor que aumenta para 158 (+21%) em 2022.

Em 2023, há registo de 101 casamentos, mas a contabilização abrange apenas os primeiros seis meses do ano, pelo que poderá ainda aumentar.

Na publicação, o projeto refere que Portugal permite o casamento aos 16 anos com o consentimento dos pais ou autorização do tribunal, mas lembra que há diversos organismos internacionais, como a UNICEF e o Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, que “têm vindo a exercer pressão para que Portugal elimine todas as exceções que permitem o casamento de menores de 18 anos”.

“O casamento com menores de 18 anos é uma violação dos direitos da criança e não deve ser possível”, defende a delegação portuguesa da UNICEF, citada no projeto, liderado pelo Politécnico de Viseu.

No entanto, no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030, um dos objetivos estratégicos é exatamente “prevenir e combater as práticas tradicionais nefastas, nomeadamente a MGF [mutilação genital feminina] e os casamentos infantis, precoces e forçados”.

O projeto refere também que “Portugal comprometeu-se a eliminar o casamento infantil, precoce e forçado até 2030”, sendo que o Código Penal já refere que o “casamento forçado é um crime contra a liberdade pessoal”, que pode ser punido com pena até cinco anos de prisão.

O atual Governo recebeu do executivo anterior um esboço do Livro Branco sobre casamentos infantis, sobre o qual fez um inquérito junto de várias organizações e cuja recolha de dados terminou em 09 de abril.

Segundo fonte do gabinete da ministra da Juventude e Modernização, Margarida Balseiro Lopes, 235 entidades responderam ao inquérito e as conclusões estão agora a ser incorporadas no Livro Branco pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

A mesma fonte disse ainda que este trabalho deverá estar concluído durante o mês de julho e que a expectativa é de em outubro o Livro Branco ser tornado público.



Lavandarias Profissionais IPSS



milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele



VIATURA SAD



MOBILIDADE REDUZIDA



O VOSSO PARCEIRO NA MOBILIDADE VERDE SOCIAL